



CLIPPING INTERNET
12/05/2022 ATÉ 12/05/2022



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	2
3	DESEMBARGADOR	
	3.1 BLOG ANDRÉ IMPRENSA.....	3
	3.2 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	4
	3.3 BLOG JAILSON MENDES.....	5
	3.4 SITE CNJ.....	6
	3.5 SITE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA.....	7
	3.6 SITE JORNAL GRANDE BAHIA.....	8
	3.7 SITE MARANHÃO NOTÍCIAS.....	9
4	ESMAM	
	4.1 SITE PREFEITURA DE IMPERATRIZ.....	10
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 BLOG DANIELA BANDEIRA.....	11
	5.2 SITE O MARANHENSE.....	12
	5.3 SITE O PROGRESSO.....	13
6	PLANTÃO NO TJMA	
	6.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	14
7	PRESIDÊNCIA	
	7.1 ALTO PARNAÍBA NOTÍCIAS.....	15
	7.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	16
	7.3 BLOG GILBERTO LEDA.....	17
	7.4 BLOG JORGE ARAGÃO.....	18
	7.5 BLOG TRIBUNA98.....	19
	7.6 BLOG ZECA SOARES.....	20
	7.7 SITE ASSEMBLEIA LEGISLATIVA MA.....	21
	7.8 SITE JORNAL PEQUENO.....	22
	7.9 SITE O IMPARCIAL ONLINE.....	23 24
8	PROCESSO SELETIVO	
	8.1 SITE JORNAL PEQUENO.....	25
	8.2 SITE O MARANHENSE.....	26
9	PROJETO CONCILIAÇÃO ITINERANTE	
	9.1 SITE O PROGRESSO.....	27
10	SERVIDOR PÚBLICO	
	10.1 BLOG DO DE SÁ.....	28
11	UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
	11.1 BLOG DANIEL MATOS.....	29
	11.2 BLOG DANIELA BANDEIRA.....	30
	11.3 BLOG DO NETO FERREIRA.....	31
	11.4 BLOG DOMINGOS COSTA.....	32
	11.5 BLOG MARRAPÁ.....	33
	11.6 PORTAL VARADA.COM.....	34
	11.7 SITE AGORA SANTA INÊS.....	35
	11.8 SITE CENTRAL DE NOTÍCIAS.....	36
	11.9 SITE MARANHÃO HOJE.....	37
	11.10 SITE PORTAL GUANARÉ.....	38
	11.11 SITE SUA CIDADE.....	39

Em homenagem à oab/ othelino destaca a importância da instituição para garantia dos preceitos constitucionais

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou o papel da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na garantia dos preceitos constitucionais e do estado democrático de direito, durante a sessão solene em homenagem aos 90 anos da instituição, nesta quinta-feira (12), no Plenário Nagib Haickel. A solenidade foi presidida pelo chefe do Parlamento Estadual e contou com a presença do presidente da OAB Seccional Maranhão, Kaio Saraiva, da vice-presidente da OAB-MA, Tatiana Costa, do desembargador Ricardo Duailibe, de advogados e representantes da advocacia maranhense, além dos deputados estaduais Socorro Waquim (PP), autora da homenagem; Wellington do Curso (PSC), Neto Evangelista (DEM) e César Pires (PSD). Na ocasião, Othelino Neto falou sobre o protagonismo da instituição em momentos importantes para o país, estando sempre à frente na luta pela justiça e em defesa dos cidadãos. "Essa é uma homenagem não só da Assembleia Legislativa, mas um reconhecimento do povo do Maranhão. Não há como se fazer justiça sem uma advocacia forte. A OAB tem levantado bandeiras importantes e em momentos cruciais de dificuldade pelos quais o país já passou, sendo sempre essa voz ativa e de equilíbrio para a manutenção das garantias constitucionais", afirmou Othelino. O chefe do Legislativo maranhense disse, ainda, que a homenagem é, também, uma reflexão sobre o papel da instituição para o estado democrático de direito. "Que a OAB continue sendo essa instituição ativa e vigilante para que ninguém se sinta no direito de se insurgir contra as regras que estão estabelecidas na Constituição", ressaltou o parlamentar. Dney Justino Deputado Othelino Neto, o presidente da OAB-MA, Kaio Saraiva, e o desembargador Ricardo Duailibe, na sessão solene em homenagem à OAB Orgulho O presidente da OAB-MA, Kaio Saraiva, agradeceu à Assembleia Legislativa e ao povo do Maranhão pela homenagem. "É uma honra poder representar com muito orgulho a advocacia do nosso estado. Não posso deixar de agradecer essa justa homenagem à OAB, um reconhecimento feito não apenas às gestões, mas à advocacia e à força da instituição, que contribuiu muito para o crescimento do país", declarou. A deputada Socorro Waquim (PP) afirmou que a OAB sempre foi decisiva na manutenção da democracia no país. "São 90 anos de uma luta profícua e de muitos resultados positivos. Não podemos deixar de ressaltar o papel fundamental da Ordem no aprimoramento das instituições constitucionais. A OAB é fundamental para garantir a boa aplicação das leis, assim como na defesa ética dos advogados", completou. Elias Auê Sessão solene em homenagem à OAB, realizada na Assembleia Legislativa do Maranhão

O Ribamarense Arnaldo Lindoso é cogitado para concorrer a uma vaga de desembargador pelo 5 (quinto) constitucional

Por André Gomes Publicado Em 11 De Maio De 2022

Por André Gomes

Após surgimento de novas vagas para desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, o mais alto cargo do judiciário estadual, nomes já são especulados por conta do surgimento de nova vaga de desembargador para quinto constitucional da advocacia.

O surgimento de novas vagas de desembargadores no Tribunal de Justiça do Maranhão, desencadeou uma corrida eleitoral visando a ocupação do cargo que será destinado ao quinto constitucional reservado para advocacia.

O nome do advogado Arnaldo Lindoso foi logo cogitado por muitos advogados (a), para concorrer, pelo seu currículo de trabalho no judiciário, os entusiastas do nome do DR. Arnaldo Lindoso já estão em busca de apoios para essa campanha que será vitoriosa.

Quem é DR. Arnaldo Lindoso

Advogado Arnaldo Lindoso

DR. Arnaldo Lindoso é ribamarense com muito orgulho, pai zeloso e marido amoroso, advogado, coach e professor universitário.

Começou sua carreira na docência nos ensinamentos técnico, depois para o ensino superior e logo após na pós-graduação, possui 2 especializações, 2 pós-graduações, 1 MBA e diversos cursos na área jurídica.

Iniciou sua carreira no poder judiciário do Estado do Maranhão, no Fórum Desembargador Sarney Costa, como datilógrafo no âmbito do serviço social, realizando diversos trabalhos no setor.

Além disso, trabalhou no tribunal participando de vários projetos e ocupando diversos cargos de gestão e liderança, foi digitador, técnico, analista, gestor de projetos, assessor de dois corregedores gerais de justiça e coordenador do TJMA.

Aprovado em concurso público, foi convidado para assessoria de um vereador, ficando até o final de seu mandato. No município de São José de Ribamar, exerceu a função de corregedor na prefeitura da cidade.

Com a aprovação de muitos amigos e colegas de profissão, inclusive do nobre colega advogado Dr. Diego Sá, que ficou em 2 (segundo) lugar nas eleições da OAB, com 43,76 % (4.274) votos da classe dos advogados, o DR.

Arnaldo Lindoso concorre a uma vaga de desembargador pelo 5 (quinto) constitucional (vaga importante para advocacia).

Caros leitores, agradecemos pelo valioso apoio de todos(as) nessa trajetória.

Veja como será distribuído as vagas.

Pelo projeto as sete vagas a serem acrescentadas serão distribuídas da seguinte forma:

01 da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA)

01 do Ministério Público Estadual

05 da Magistratura (antiguidade, merecimento...)

Na OAB e no MPMA as articulações já começaram por parte dos que pretendem entrar na lista dos indicados. Cada uma dessas instituições elabora uma lista sêxtupla a ser submetida ao TJMA, que elimina três nomes e submete os demais à escolha do governador do Estado.

Com a criação dos novos, pleno do TJMA será ampliada em 23,3%. Atualmente é formado por 30 desembargadores e desembargadoras.

Associação dos Magistrados do Maranhão mantém defesa da jornada de 7 horas corridas no Judiciário e afirma que tecnologia e trabalho remoto compensam expediente reduzido

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) reagiu à informação veiculada na blogosfera dando conta do envio de requerimento ao Tribunal de Justiça do Maranhão pedindo a redução da carga de trabalho dos juízes após a divulgação de que o expediente nas unidades judiciárias passará a ser das 8h às 18h. A entidade afirma que houve distorção nas postagens e enumera uma série de motivos para que a medida do TJMA seja revista.

De acordo com a AMMA, a redução do expediente, em termos de racionalidade e eficiência, ganha muita força e se legitima pelo avanço dos meios tecnológicos postos à disposição do cidadão. A entidade manteve seu posicionamento a favor da jornada de sete horas corridas, afirmando que, em razão do trabalho remoto, servidores do Judiciário e magistrados chegam a ficar à disposição para as atividades jurisdicionais por até 24h.

A AMMA ressalta que só três tribunais estaduais mantêm o expediente das 8h às 18h - Roraima, Bahia e Piauí - e que os tribunais superiores, os tribunais eleitorais e até o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) adotaram o expediente reduzido, após o advento de recursos eletrônicos, como o PJE, e o trabalho remoto, instrumentos que, inclusive, tem aumentado a produtividade nas cortes que as utilizam adequadamente. Confira:

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em relação à notícia divulgada em blogs, nesta quarta-feira (11), informando que a Associação dos Magistrados do Maranhão teria apresentado requerimento ao Tribunal de Justiça solicitando a redução do horário de trabalho para juízes, a AMMA presta os seguintes esclarecimentos:

1) Inicialmente, a Associação dos Magistrados do Maranhão lamenta que a notícia em questão, disseminada em blogs da capital, tenha sido distorcida e baseada na mais absoluta desinformação e desconhecimento a respeito do funcionamento do Poder Judiciário.

2) As referidas postagens confundem o horário de funcionamento e de atendimento das unidades com o efetivo trabalho de servidores e magistrados, que ocorre no interior das unidades judiciais e por meio do processo judicial eletrônico (PJE), com produção de despachos, decisões interlocutórias, sentenças, rotinas das secretarias judiciais, realização de audiências, sessões de julgamentos e sessões do júri, entre tantas outras formas de atuação, que tornam o Judiciário brasileiro diferenciado em relação aos demais países do mundo.

3) De acordo com o Código de Processo Civil, os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6h às 20h, e a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até às 24h do último dia do prazo. Nesse contexto, é absolutamente comum que magistrados e servidores pratiquem atos processuais no PJE em qualquer horário e qualquer dia, inclusive à noite e feriados, premidos que são pelas inúmeras metas das Corregedorias locais e do CNJ.

4) Além da realização de atos regulares durante à noite e finais de semana, fato que pode ser facilmente constatado mediante o acesso aos sistemas processuais, o Poder Judiciário do Maranhão funciona em regime de plantão para o conhecimento de demandas urgentes que sejam protocolizadas em horários diversos do expediente forense, bem como realiza diariamente, inclusive nos finais de semana, audiências de custódia a fim de conhecer das prisões em flagrantes.

5) A redução do funcionamento dos fóruns e do horário de atendimento não implica de nenhuma forma na diminuição de carga de trabalho. O que há, na verdade, é contínuo aumento da carga de trabalho para servidores e magistrados, pela crescente de cargos vagos, inclusive com concurso em andamento, e pela agregação de inúmeros recursos tecnológicos ao trabalho presencial. Por um lado, a prestação de serviços judiciais certamente foi qualificada pela disponibilidade do atendimento remoto e realização de atos à distância. Por outro, isso ampliou o volume de trabalho, visto que não houve aumento de força de trabalho.

6) Entre os novos recursos, podemos citar as plataformas de videoconferência, o balcão virtual e o uso maciço de aplicativos como o whatsapp e o telegram, que ampliaram e facilitaram o acesso à Justiça e aproximaram o cidadão da jurisdição. A redução do expediente, em termos de racionalidade e eficiência, ganha muita força e se legitima pelo avanço dos meios tecnológicos postos à disposição do cidadão, que colocam o Judiciário em franca atividade em período muito superior ao das 08:00h às 18:00hs.

7) Some-se à implementação pelo Conselho Nacional de Justiça da Justiça 4.0 e do Juízo 100% digital, modalidades de prestação jurisdicional que buscam nas ferramentas de tecnologia conferir maior dinamicidade e celeridade, estimulando o contato virtual e minimizando a necessidade de deslocamentos de partes e advogados. Nenhuma delas, repita-se, representa uma redução dos serviços judiciais, mas buscam atualizar o Poder Judiciário para as exigências do novo milênio.

8) A redução do expediente externo possibilita, portanto, aos servidores e magistrados que se concentrem nas atividades da unidade judicial, permitindo que organizem a suas atividades, aprimorando a prestação jurisdicional. É esta a racionalização e eficiência que as associações defendem em todo o país.

9) É nesse contexto que a esmagadora maioria dos Tribunais de Justiça dos Estados pratica as sete horas corridas de atendimento ao público ou o horário reduzido. Apenas 03 Tribunais de Justiça Estaduais praticam o horário das 8h às 18h, TJRR, TJBA e TJPI (este, somente na capital). No Maranhão, observa-se o mesmo. O TRE funciona das 13h às 19h (segunda às quintas-feiras) e de 8h às 14h (na sexta-feira); o MPMA funciona das 8h às 15h; a DPE funciona de 8h às 17h; e a PGE das 13h às 19h. Nos Tribunais superiores também pratica-se o horário reduzido, sendo o maior exemplo o CNJ, que funciona das 12h às 19h.

10) Nesse sentido, a AMMA defende um expediente externo reduzido, compatível com a experiência judicial, que demonstra que a partir das 15h o movimento nos fóruns é escasso, fato do conhecimento de todos os operadores do direito, de modo que a manutenção do expediente e atendimento até às 18h é injustificável do ponto de vista da Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário, propugnada pela Resolução CNJ 400/2021, cujo relatório do ano de 2021 constatou que houve considerável redução 24% em comparação a 2019. Isto é, a demanda de advogados ou partes no turno vespertino é extremamente reduzida, não justificando a manutenção da estrutura física e de servidores na Unidade em detrimento da eficiência e racionalização do trabalho.

11) Desconsiderar os avanços do atendimento remoto e do trabalho virtual, distorcendo seus objetivos, despreza servidores e magistrados que trabalharam incansavelmente durante a pandemia e fizeram com que o Judiciário Brasileiro se tornasse um caso singular no mundo: a prestação jurisdicional não parou em nenhum momento durante a crise sanitária. Este fato foi reconhecido diversas vezes pela própria Corregedoria local e pelo CNJ, em diversas matérias hospedadas nos seus respectivos sites.

12) Reputam-se os ataques à Associação dos Magistrados, aos servidores e magistrados do TJMA ao mais completo desconhecimento sobre a realidade do Judiciário e sobre todas as estratégias e políticas voltadas ao aumento da produtividade, aliada à melhoria da qualidade de vida a uma política de sustentabilidade do Poder Judiciário. Segundo o autor referência nesse assunto, Richard Susskind: “à modernização da forma de prestar “justiça” - por meio eletrônico - corresponde a desconstrução da clássica visão do Judiciário como estrutura para entendê-lo, finalmente, como serviço”.

Holídice Barros

Presidente da AMMA

"Somos um governo de continuidade e avanços", diz Carlos Brandão

Publicado em 11 de maio de 2022

O governador do Estado, Carlos Brandão (PSB), concedeu entrevista a emissora de tv local, nesta quarta-feira (11), onde pontuou ações dos primeiros 30 dias à frente do comando do Maranhão. Na ocasião, ele também anunciou medidas que devem ser implantadas nos próximos meses e as expectativas para as eleições de outubro. "Somos um governo de continuidade e avanços", frisou o governador.

"Acompanhamos a gestão Flávio Dino durante sete anos. Conhecemos todas as políticas públicas, todas as secretarias e órgãos, portanto, não houve dificuldades nesta transição. Fizemos alguns ajustes na composição de secretariado, mas, o Governo segue inaugurando várias obras, programas sociais, de desenvolvimento e geração de empregos. Seguimos avançando", frisou Brandão.

O governador pontuou que irá conduzir sua gestão com a inauguração de obras em andamento na área social, educação e saúde, entre outras, totalizado cerca de 500 a serem entregues, até final do mês de julho. "Todo governo tem uma identidade e a nossa, com certeza, são os avanços e conquistas sociais. Vamos concluir obras em andamento, impactando na geração de milhares de empregos. Estamos saindo de uma pandemia e o Maranhão teve o maior desempenho nesse combate, e, mesmo com este cenário, foi o que mais gerou empregos", pontuou.

Na economia, Brandão anunciou alocação de recursos para o pagamento da primeira parcela do 13º, no mês de julho. Citou o planejamento para o São João do Maranhão, que também vai impactar na geração de renda, empregos, além de movimentar a economia, o turismo e o setor cultural. "O São João não é apenas festa, é um projeto de geração de emprego e renda", apontou.

Sobre os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), o governador pontuou alguns avanços. Entre estes, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), do qual o Maranhão saiu do 22º para o 13º; na segurança alimentar, de seis Restaurantes Populares, agora são 106, alcançando todas as regiões do Maranhão; e, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o Maranhão está entre os que mais gerou empregos formais durante a pandemia - cerca de 43 mil e sendo o quarto do país.

Na infraestrutura, anunciou pacote de obras, incluindo manutenções, reformas e pavimentação em estradas e vias urbanas, estas últimas, em apoio às prefeituras. Na saúde, criação de uma grande rede de hospitais e ampliação do número de UTIs de três para mais de 30 municípios. Citou também, investimentos de R\$ 12 milhões na agricultura familiar para este ano, o dobro dos recursos destinados anteriormente. "Os indicadores têm o tripé na educação, saúde e renda. Neste rumo, fazemos movimentar a economia. Portanto, avançamos bastante", avaliou.

Carlos Brandão enfatizou que esse é o momento de focar na gestão. "A política será lá para agosto, quando teremos as convenções. Agora, quero mostrar ao maranhense o meu trabalho e como vou cuidar do povo do Maranhão", afirmou, citando a boa relação com os poderes judiciário e legislativo.

Associação de magistrados se manifesta sobre horário de funcionamento do TJMA

Publicado em 11 de maio de 2022

A Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) se manifestou sobre medida que altera o horário de funcionamento no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Foi divulgada nesta quarta-feira (11/05), a Resolução nº 56/2022, fruto de pedido da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-MA), que amplia o expediente no tribunal para todos os servidores. A partir do dia 16 deste mês, a instituição passará a atender o público das 8h às 18h, de segunda a sexta-feira.

O expediente estava em horário reduzido por conta da pandemia do coronavírus.

Em ofício encaminhado a presidência do TJMA, a AMMA pede a rejeição a pedido da OAB-MA. A entidade representativa dos juízes maranhenses alegou questões ambientais e de saúde para a solicitação.

Para a AMMA, haverá aumento de gastos com energia elétrica, o que iria contra a responsabilidade socioambiental, além da dispersão de recursos humanos e redução da qualidade de vida dos servidores e magistrados.

A associação diz ainda que a demanda de advogados ou partes no turno vespertino é bastante reduzida. Para a entidade, o ideal era que fosse mantido o horário de 8h às 13 horas.

PRÉ-CANDIDATA A DEPUTADA ESTADUAL CAROL COSTA SE REINIU COM LIDERANÇAS EM CODÓ

Publicado em: 11 de maio de 2022 Autor: Leandro de Sá Deixe um Comentário!

A pré-candidata à Deputada Estadual reforçou seu compromisso e recebeu apoio para ampliar sua base eleitoral na região.

No último fim de semana, Carol Costa esteve em Codó (MA) para se encontrar com lideranças de várias comunidades e formalizar sua pré-candidatura na cidade. Na ocasião, falou sobre sua trajetória pessoal e social, sua dedicação à família e as razões pelas quais busca o cargo de Deputada Estadual.

Esta é a primeira vez que Carol Costa coloca seu nome à disposição para uma disputa eleitoral, como um passo de continuidade ao que ela já faz desde 2016, através da Associação Somos todos Marianas.

“Minha pré-candidatura é resultado da minha luta e de toda a minha família por justiça e respeito ao direito à vida para mulheres e homens. O encontro com lideranças em Codó foi uma iniciativa que resultou em acertos importantes. A receptividade foi muito positiva. Estou muito animada e esperançosa”, coloca Carol Costa.

“Estamos muito felizes em receber a Carol Costa em Codó, lar também de sua família e amigos de infância. Ela foi recebida com muito carinho e empatia pelo povo, em todos os locais por onde passou. Sua história comove a nós todos e sua bandeira de luta também é a nossa, por isso abraçamos as causas de mais uma guerreira que surge em busca da paz”, declarou Nalvinha Mesquita, liderança em Codó.

Sua principal bandeira é o combate à violência contra a mulher. A pré-candidata afirma que quer aprimorar e tornar mais rígidas as leis nesse sentido e fortalecer a rede de atendimentos às mulheres em todo o Maranhão, além da criação de espaços que vão gerar emprego e renda para as famílias.

“Quero estar na Assembleia Legislativa para transformar a luta das pessoas em leis que defendam e garantam os direitos do povo do Maranhão. É uma caminhada de todos nós”, declarou Carol.

Trajectoria de Luta

Carol Costa tem se destacado por sua postura forte e sua firmeza nas ações de combate à violência contra a mulher em todo o estado, sempre em parceria com órgãos públicos e instituições que trabalham no enfrentamento à causa.

Atualmente, é vice-presidente da Associação Somos todos Marianas, uma luta que começou em 2016, quando sua irmã Mariana Costa foi vítima de feminicídio. Carol é formada em Direito pela Universidade Ceuma, é mãe de duas filhas e servidora pública no Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

“Lutar pela vida é um ato político e todos nós temos esse dever, seja homem ou mulher, assim como todos nós temos direito à vida. O ‘Somos todos Mariana’ me trouxe para esse lugar de luta por justiça e segurança, e é meu dever batalhar para garantir que mais pessoas despertem para esse dever e tenham esse direito garantido em todo o Maranhão”, reforça Carol Costa.

AMMA emite nota defendendo a redução do horário de trabalho nos fóruns

A Associação dos Magistrados do Maranhão emitiu nota criticando a imprensa pela repercussão da jornada de trabalho dos juízes e defendeu a permanência do horário reduzido dos fóruns e do atendimento ao público.

Leia abaixo:

Em relação à notícia divulgada em blogs, nesta quarta-feira (11), informando que a Associação dos Magistrados do Maranhão teria apresentado requerimento ao Tribunal de Justiça solicitando a redução do horário de trabalho para juízes, a AMMA presta os seguintes esclarecimentos:

- 1) Inicialmente, a Associação dos Magistrados do Maranhão lamenta que a notícia em questão, disseminada em blogs da capital, tenha sido distorcida e baseada na mais absoluta desinformação e desconhecimento a respeito do funcionamento do Poder Judiciário.
- 2) As referidas postagens confundem o horário de funcionamento e de atendimento das unidades com o efetivo trabalho de servidores e magistrados, que ocorre no interior das unidades judiciais e por meio do processo judicial eletrônico (PJE), com produção de despachos, decisões interlocutórias, sentenças, rotinas das secretarias judiciais, realização de audiências, sessões de julgamentos e sessões do júri, entre tantas outras formas de atuação, que tornam o Judiciário brasileiro diferenciado em relação aos demais países do mundo.
- 3) De acordo com o Código de Processo Civil, os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6h às 20h, e a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até às 24h do último dia do prazo. Nesse contexto, é absolutamente comum que magistrados e servidores pratiquem atos processuais no PJE em qualquer horário e qualquer dia, inclusive à noite e feriados, premidos que são pelas inúmeras metas das Corregedorias locais e do CNJ.
- 4) Além da realização de atos regulares durante à noite e finais de semana, fato que pode ser facilmente constatado mediante o acesso aos sistemas processuais, o Poder Judiciário do Maranhão funciona em regime de plantão para o conhecimento de demandas urgentes que sejam protocolizadas em horários diversos do expediente forense, bem como realiza diariamente, inclusive nos finais de semana, audiências de custódia a fim de conhecer das prisões em flagrantes.
- 5) A redução do funcionamento dos fóruns e do horário de atendimento não implica de nenhuma forma na diminuição de carga de trabalho. O que há, na verdade, é contínuo aumento da carga de trabalho para servidores e magistrados, pela crescente de cargos vagos, inclusive com concurso em andamento, e pela agregação de inúmeros recursos tecnológicos ao trabalho presencial. Por um lado, a prestação de serviços judiciais certamente foi qualificada pela disponibilidade do atendimento remoto e realização de atos à distância. Por outro, isso ampliou o volume de trabalho, visto que não houve aumento de força de trabalho.
- 6) Entre os novos recursos, podemos citar as plataformas de videoconferência, o balcão virtual e o uso maciço

de aplicativos como o whatsapp e o telegram, que ampliaram e facilitaram o acesso à Justiça e aproximaram o cidadão da jurisdição. A redução do expediente, em termos de racionalidade e eficiência, ganha muita força e se legitima pelo avanço dos meios tecnológicos postos à disposição do cidadão, que colocam o Judiciário em franca atividade em período muito superior ao das 08:00h às 18:00hs.

7) Some-se à implementação pelo Conselho Nacional de Justiça da Justiça 4.0 e do Juízo 100% digital, modalidades de prestação jurisdicional que buscam nas ferramentas de tecnologia conferir maior dinamicidade e celeridade, estimulando o contato virtual e minimizando a necessidade de deslocamentos de partes e advogados. Nenhuma delas, repita-se, representa uma redução dos serviços judiciais, mas buscam atualizar o Poder Judiciário para as exigências do novo milênio.

8) A redução do expediente externo possibilita, portanto, aos servidores e magistrados que se concentrem nas atividades da unidade judicial, permitindo que organizem a suas atividades, aprimorando a prestação jurisdicional. É esta a racionalização e eficiência que as associações defendem em todo o país.

9) É nesse contexto que a esmagadora maioria dos Tribunais de Justiça dos Estados pratica as sete horas corridas de atendimento ao público ou o horário reduzido. Apenas 03 Tribunais de Justiça Estaduais praticam o horário das 8h às 18h, TJRR, TJBA e TJPI (este, somente na capital). No Maranhão, observa-se o mesmo. O TRE funciona das 13h às 19h (segunda às quintas-feiras) e de 8h às 14h (na sexta-feira); o MPMA funciona das 8h às 15h; a DPE funciona de 8h às 17h; e a PGE das 13h às 19h. Nos Tribunais superiores também pratica-se o horário reduzido, sendo o maior exemplo o CNJ, que funciona das 12h às 19h.

10) Nesse sentido, a AMMA defende um expediente externo reduzido, compatível com a experiência judicial, que demonstra que a partir das 15h o movimento nos fóruns é escasso, fato do conhecimento de todos os operadores do direito, de modo que a manutenção do expediente e atendimento até às 18h é injustificável do ponto de vista da Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário, propugnada pela Resolução CNJ 400/2021, cujo relatório do ano de 2021 constatou que houve considerável redução 24% em comparação a 2019. Isto é, a demanda de advogados ou partes no turno vespertino é extremamente reduzida, não justificando a manutenção da estrutura física e de servidores na Unidade em detrimento da eficiência e racionalização do trabalho.

11) Desconsiderar os avanços do atendimento remoto e do trabalho virtual, distorcendo seus objetivos, desrespeita servidores e magistrados que trabalharam incansavelmente durante a pandemia e fizeram com que o Judiciário Brasileiro se tornasse um caso singular no mundo: a prestação jurisdicional não parou em nenhum momento durante a crise sanitária. Este fato foi reconhecido diversas vezes pela própria Corregedoria local e pelo CNJ, em diversas matérias hospedadas nos seus respectivos sites.

12) Reputam-se os ataques à Associação dos Magistrados, aos servidores e magistrados do TJMA ao mais completo desconhecimento sobre a realidade do Judiciário e sobre todas as estratégias e políticas voltadas ao aumento da produtividade, aliada à melhoria da qualidade de vida a uma política de sustentabilidade do Poder Judiciário. Segundo o autor referência nesse assunto, Richard Susskind: “à modernização da forma de prestar “justiça” - por meio eletrônico - corresponde a desconstrução da clássica visão do Judiciário como estrutura para entendê-lo, finalmente, como serviço”.

A "cara de pau" da AMMA e postura firme do novo presidente do TJ-MA, Des. Paulo Velten

Des. Paulo Velten restabeleceu o horário de funcionamento ordinário do Poder Judiciário do Maranhão.

Repercutiu muito mal a postura da Associação dos Magistrados do Maranhão - AMMA ao tentar barrar o reestabelecimento do horário de funcionamento ordinário do Poder Judiciário maranhense. A entidade alegou que resgatar o horário normal de funcionamento acarreta em "gastos com energia elétrica, dispersão de recursos humanos e redução da qualidade de vida dos servidores e magistrados".

O assunto ganhou corpo nas redes sociais, na imprensa e até na tribuna da Assembleia Legislativa, onde o deputado estadual Yglêcio Moises (PSB) fez um duro discurso contra a entidade.

A AMMA queria que o horário adotado pelo TJ-MA por conta da pandemia da Covid-19 continuasse vigorando, no caso, das 8h às 13h. Mas ao contrário disso, o Desembargador Paulo Sérgio Pereira Velten, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, decidiu normalizar o funcionamento ao que era antes da pandemia: das 8h às 18h. A medida começa a valer a partir do dia 16 de maio de 2022.

O "martelo" foi batido por meio da Resolução nº 56/2022 que restabeleceu o horário de funcionamento ordinário do Poder Judiciário do Maranhão, e também de atendimento ao público.

Segundo o documento - assinado pela mesa diretora do TJMA - a escala e o horário de trabalho dos servidores e servidoras, observada as respectivas jornadas de trabalho fixadas em lei, serão estabelecidos pelos gestores e gestoras de cada unidade, administrativa ou judicial, de modo a manter a unidade em funcionamento no horário das 8h às 18h.

O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten frisou que a decisão converge com o retorno à normalidade da prestação de serviços do país. "O nosso retorno ao expediente normal de funcionamento coincide com a recuperação do setor de serviços no Brasil, depois de abandonadas quase todas as restrições da pandemia. Indicativo do acerto de nossa decisão", ressaltou.

O episódio pegou muito feio para a AMMA- Associação dos Magistrados do Maranhão...

Acesse a Resolução nº. 56/2022 na íntegra...

TJMA mantém sentença que obriga plano a fornecer tratamento a criança

A 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão manteve sentença do Juízo da 1ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, que julgou parcialmente procedente o pedido para determinar que a operadora de plano de saúde Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (Cassi), no prazo de 24h, custeie, caso não possua profissionais devidamente especializados credenciados em sua rede, ou autorize, de forma contínua, ininterrupta e permanente, atendimento terapêutico baseado em Análise do Comportamento Aplicada (ABA), em favor de criança com transtorno do espectro autista.

De acordo com o relator, desembargador Guerreiro Júnior, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que é abusiva a cláusula contratual que exclui tratamento prescrito para garantir a saúde ou a vida do beneficiário, uma vez que a operadora de plano de saúde pode estabelecer as doenças que terão cobertura, mas não o tipo de terapêutica indicada por profissional habilitado na busca da cura.

O relator explicou que o fato de eventual tratamento médico não constar do rol de procedimentos da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) não significa, por si só, que a sua prestação não possa ser exigida pelo segurado, pois, tratando-se de rol meramente exemplificativo, a negativa de cobertura do procedimento médico cuja doença é prevista no contrato firmado implicaria a adoção de interpretação menos favorável ao consumidor.

Acrescentou que o STJ, em recente decisão, assegurou o tratamento baseado no método ABA para menor com transtorno do espectro autista.

O plano de saúde apelou ao TJMA contra a sentença do juízo de primeira instância, alegando que a criança, representada por sua mãe, aderiu ao plano de saúde, mediante cláusulas e condições expressamente estabelecidas que prescrevem, com clareza, as condições para cobertura/reembolso de despesas. Ressaltou que o método ABA não consta no rol de tratamentos previstos pela ANS, rol este de caráter taxativo. Pediu reforma da decisão de 1º grau, para que os pedidos fossem julgados improcedentes.

A Procuradoria de Justiça manifestou-se de forma contrária à Apelação Cível ajuizada pela operadora do plano de saúde, para manter integralmente a sentença de base.

O desembargador Guerreiro Júnior citou os entendimentos do STJ a respeito do fato e disse que, havendo previsão contratual para cobertura de transtornos neurológicos, psiquiátricos e psicológicos, não há motivo para excluir o acompanhamento recomendado (análise comportamental aplicada - ABA) pelo médico responsável por seu tratamento, não tendo a operadora de plano de saúde demonstrado qualquer evidência em sentido contrário.

Yglésio destaca medidas adotadas por Paulo Vélten na Presidência do TJMA

Na sessão plenária desta quarta-feira (11), o deputado Yglésio Moyses (PSB) destacou a eleição do desembargador Paulo Vélten à Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA). O parlamentar ressaltou que Vélten editou, na terça-feira (10), uma norma restabelecendo o horário de funcionamento do Poder Judiciário, bem como o atendimento ao público, de segunda à sexta-feira, de 8h às 18h.

“Dou meus aplausos para o presidente do TJMA pela coragem de caminhar com a sociedade. Parabéns ao desembargador Paulo Vélten e meu repúdio àqueles que são cheios de privilégios dentro do serviço público e que não querem atender as pessoas que tanto precisam no Maranhão”, afirmou Yglésio.

O parlamentar explicou que a justificativa para manter o horário reduzido do atendimento foi o consumo excessivo de energia elétrica. “O Judiciário tem, cada vez mais, investido em energia solar. Essa justificativa é tão pífia e vai em direção contrária ao que a gente tem da necessidade do acesso universal à justiça”, ressaltou.

Em nota quilométrica, AMMA volta a defender redução do funcionamento dos fóruns e do horário de atendimento

Após a ampla repercussão do discurso do deputado Yglésio Moyses (PSB), criticando a Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) por alegar questões ambientais e de saúde para juízes não voltarem a trabalhar até as 18h (saiba mais), a entidade emitiu uma quilométrica nota de esclarecimento.

Por uma questão de Justiça, incomodarei os leitores com um texto tão grande, que, na prática, apenas reafirma tudo o que já fora criticado anteriormente: a defesa da redução do funcionamento dos fóruns e do horário de atendimento.

Segue.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em relação à notícia divulgada em blogs, nesta quarta-feira (11), informando que a Associação dos Magistrados do Maranhão teria apresentado requerimento ao Tribunal de Justiça solicitando a redução do horário de trabalho para juízes, a AMMA presta os seguintes esclarecimentos:

1) Inicialmente, a Associação dos Magistrados do Maranhão lamenta que a notícia em questão, disseminada em blogs da capital, tenha sido distorcida e baseada na mais absoluta desinformação e desconhecimento a respeito do funcionamento do Poder Judiciário.

2) As referidas postagens confundem o horário de funcionamento e de atendimento das unidades com o efetivo trabalho de servidores e magistrados, que ocorre no interior das unidades judiciais e por meio do processo judicial eletrônico (PJE), com produção de despachos, decisões interlocutórias, sentenças, rotinas das secretarias judiciais, realização de audiências, sessões de julgamentos e sessões do júri, entre tantas outras formas de atuação, que tornam o Judiciário brasileiro diferenciado em relação aos demais países do mundo.

3) De acordo com o Código de Processo Civil, os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6h às 20h, e a prática eletrônica de ato processual pode ocorrer em qualquer horário até às 24h do último dia do prazo. Nesse contexto, é absolutamente comum que magistrados e servidores pratiquem atos processuais no PJE em qualquer horário e qualquer dia, inclusive à noite e feriados, premidos que são pelas inúmeras metas das Corregedorias locais e do CNJ.

4) Além da realização de atos regulares durante à noite e finais de semana, fato que pode ser facilmente constatado mediante o acesso aos sistemas processuais, o Poder Judiciário do Maranhão funciona em regime de plantão para o conhecimento de demandas urgentes que sejam protocolizadas em horários diversos do expediente forense, bem como realiza diariamente, inclusive nos finais de semana, audiências de custódia a fim de conhecer das prisões em flagrantes.

5) A redução do funcionamento dos fóruns e do horário de atendimento não implica de nenhuma forma na diminuição de carga de trabalho. O que há, na verdade, é contínuo aumento da carga de trabalho para servidores e magistrados, pela crescente de cargos vagos, inclusive com concurso em andamento, e pela agregação de inúmeros recursos tecnológicos ao trabalho presencial. Por um lado, a prestação de serviços judiciais certamente foi qualificada pela disponibilidade do atendimento remoto e realização de atos à distância. Por outro, isso ampliou o volume de trabalho, visto que não houve aumento de força de trabalho.

6) Entre os novos recursos, podemos citar as plataformas de videoconferência, o balcão virtual e o uso maciço de aplicativos como o whatsapp e o telegram, que ampliaram e facilitaram o acesso à Justiça e aproximaram o cidadão da jurisdição. A redução do expediente, em termos de racionalidade e eficiência, ganha muita força e se legitima pelo avanço dos meios tecnológicos postos à disposição do cidadão, que colocam o Judiciário em franca atividade em período muito superior ao das 08:00h às 18:00hs.

7) Some-se à implementação pelo Conselho Nacional de Justiça da Justiça 4.0 e do Juízo 100% digital, modalidades de prestação jurisdicional que buscam nas ferramentas de tecnologia conferir maior dinamicidade e celeridade, estimulando o contato virtual e minimizando a necessidade de deslocamentos de partes e advogados. Nenhuma delas, repita-se, representa uma redução dos serviços judiciais, mas buscam atualizar o Poder Judiciário para as exigências do novo milênio.

8) A redução do expediente externo possibilita, portanto, aos servidores e magistrados que se concentrem nas atividades da unidade judicial, permitindo que organizem a suas atividades, aprimorando a prestação jurisdicional. É esta a racionalização e eficiência que as associações defendem em todo o país.

9) É nesse contexto que a esmagadora maioria dos Tribunais de Justiça dos Estados pratica as sete horas corridas de atendimento ao público ou o horário reduzido. Apenas 03 Tribunais de Justiça Estaduais praticam o horário das 8h às 18h, TJRR, TJBA e TJPI (este, somente na capital). No Maranhão, observa-se o mesmo. O TRE funciona das 13h às 19h (segunda às quintas-feiras) e de 8h às 14h (na sexta-feira); o MPMA funciona das 8h às 15h; a DPE funciona de 8h às 17h; e a PGE das 13h às 19h. Nos Tribunais superiores também pratica-se o horário reduzido, sendo o maior exemplo o CNJ, que funciona das 12h às 19h.

10) Nesse sentido, a AMMA defende um expediente externo reduzido, compatível com a experiência judicial, que demonstra que a partir das 15h o movimento nos fóruns é escasso, fato do conhecimento de todos os operadores do direito, de modo que a manutenção do expediente e atendimento até às 18h é injustificável do ponto de vista da Política de Sustentabilidade do Poder Judiciário, propugnada pela Resolução CNJ 400/2021, cujo relatório do ano de 2021 constatou que houve considerável redução 24% em comparação a 2019. Isto é, a demanda de advogados ou partes no turno vespertino é extremamente reduzida, não justificando a manutenção da estrutura física e de servidores na Unidade em detrimento da eficiência e racionalização do trabalho.

11) Desconsiderar os avanços do atendimento remoto e do trabalho virtual, distorcendo seus objetivos, despreza servidores e magistrados que trabalharam incansavelmente durante a pandemia e fizeram com que o Judiciário Brasileiro se tornasse um caso singular no mundo: a prestação jurisdicional não parou em nenhum momento durante a crise sanitária. Este fato foi reconhecido diversas vezes pela própria Corregedoria local e pelo CNJ, em diversas matérias hospedadas nos seus respectivos sites.

12) Reputam-se os ataques à Associação dos Magistrados, aos servidores e magistrados do TJMA ao mais completo desconhecimento sobre a realidade do Judiciário e sobre todas as estratégias e políticas voltadas ao aumento da produtividade, aliada à melhoria da qualidade de vida a uma política de sustentabilidade do Poder Judiciário. Segundo o autor referência nesse assunto, Richard Susskind: “à modernização da forma de prestar “justiça” - por meio eletrônico - corresponde a desconstrução da clássica visão do Judiciário como estrutura para entendê-lo, finalmente, como serviço”.

Holídice Barros

Presidente da AMMA.

Parecer técnico do CNJ questiona criação de novos cargos de desembargador no Maranhão

Documento elaborado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias também pôs dúvidas acerca da legalidade sobre a criação de 156 novos cargos em comissão no Poder Judiciário do Estado.

Parecer técnico do Departamento de Pesquisas Judiciárias do Conselho Nacional de Justiça, elaborado a pedido da conselheira Salise Sanchotene, que acatou Procedimento de Controle Administrativo protocolado pelo advogado Aldenor Cunha Rebouças Júnior, questionou a criação de sete novos cargos de desembargador no Tribunal de Justiça do Maranhão, assim como a criação de 156 novos cargos em comissão na estrutura administrativa do Poder Judiciário maranhense.

De acordo com o parecer, caso o anteprojeto de lei, de autoria do Poder Judiciário, tivesse sido enviado para avaliação do CNJ, o mesmo seria considerado irregular, uma vez que não atendeu aos princípios e critérios dispostos nas Resoluções 184/2013, 194/2014 e 219/2016.

A Resolução 184 diz que o anteprojeto deveria ter sido encaminhado ao Conselho com as seguintes informações: estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes; simulação que demonstre o impacto da despesa considerados os limites para despesas com pessoal estabelecidos no art. 20 da LRF; estudo técnico, fundamentado, com justificativa e comprovação de atendimento dos critérios estabelecidos nesta Resolução.

Ainda de acordo com a Resolução, somente os TJs com IPC-Jus superior a 87,90% (oitenta e sete inteiros noventa centésimos por cento) devem ter os méritos dos anteprojetos de lei de criação de cargos, funções e unidades judiciárias apreciados pelo CNJ.

O TJ do Maranhão possui percentual de 67,50%. “Como o resultado do IPC-Jus do TJMA foi 67,50% (sessenta e sete e meio por cento), a Lei Complementar, ora em análise, não apresentou, em sua gênese, anteprojeto de lei que estivesse de acordo com o art. 5º da Resolução CNJ n. 184/2013, o que por si só já obstaría a análise quanto aos demais critérios da Resolução CNJ n. 184/2013”, relata o documento.

“De acordo com o Painel de Priorização do Primeiro Grau, disponível em <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=5903cd99-fb51-4e0a-902c69a1ccc927f2&sheet=a4f45bea-0eba-4c69-86ba-c0dade06999c&lang=pt-BR&opt=cursel>, para equalizar os cargos em comissão, seria necessária a migração de cargos em comissão do segundo para o primeiro grau cuja soma dos valores integrais equivalêssem a R\$ 4.091.963,49 (quatro milhões, noventa e um mil, novecentos e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos). Portanto, a criação de cargos em comissão pela Lei Complementar nº 242/2022, aumenta ainda mais o desequilíbrio já existente entre o primeiro e o segundo graus de jurisdição, indo, assim, de encontro com a Resolução CNJ n. 219/2016”, complementa o parecer.

“Caso o anteprojeto de lei que deu origem à Lei Complementar n. 242/2022 do Estado do Maranhão tivesse sido submetido ao CNJ para análise e elaboração de Parecer de Mérito sobre Anteprojeto de Lei (PAM) previamente à sua edição, a conclusão do parecer deste Departamento seria no sentido de que o ato não atende ao disposto

na Resolução CNJ 184/2013 e que seu conteúdo não se adequa aos princípios e critérios dispostos nas Resoluções CNJ 194/2014 e 219/2016”, finaliza o DPJ.

Irmãos desembargadores de São João Batista receberão amanhã maior homenagem da Assembleia Legislativa do Maranhão

Jailson Mendes / 12 de maio de 2022

Os desembargadores José Joaquim Figueiredo dos Anjos e José Jorge Figueiredo dos Anjos, naturais do povoado Enseada dos Bezerros, da cidade de São João Batista, serão homenageados nesta sexta-feira (13) com a Medalha Manuel Beckman, a maior honraria da Assembleia Legislativa do Maranhão.

Desembargadores José Jorge e José Joaquim Figueiredo

O evento será realizado a partir das 11 horas, na Assembleia Legislativa, no plenário Nagib Haickel. Os irmãos José Joaquim e Jorge Figueiredo são presidente do Tribunal do Regional Eleitoral (TRE) e diretor da Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), respectivamente.

Para acesso ao evento é obrigatório apresentar carteira de vacinação contra a covid-19 com pelo menos 2 doses, porém o uso de máscara é facultativo. Em convite enviado ao blog, eles convidaram os joaninos que estão radicados em São Luis, para participarem da homenagem.

Ambos são filhos de Liberino Santos dos Anjos e Aldeíde Figueiredo dos Anjos, já falecidos.

José Joaquim Figueiredo

José Joaquim Figueiredo dos Anjos, nasceu em São João Batista. Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal do Maranhão, em 1978. Foi Procurador do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Maranhão (DER), em 1978, onde presidiu, durante cinco anos, a comissão responsável pela indenização de famílias que moravam sob a Ponte "José Sarney".

Ingressou na magistratura em 1987. Foi juiz titular nas Comarcas de Riachão, Alcântara, Presidente Dutra, Itapecuru, Santa Inês e Bacabal. Juiz Corregedor na gestão do Desembargador Antônio Fernando Bayma Araújo e Diretor do fórum "Des. Sarney Costa" nas gestões de Orville Almeida e Jorge Rachid. Exerceu o magistério como professor no Centro de Ensino Universitário do Maranhão (UNICEUMA) e da Escola de Magistratura do Maranhão (ESMAM).

Em 2006, ingressou como Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) e foi presidente do tribunal no biênio 2018/2020. Foi homenageado pela Universidade Emill Brunner.(2018) com título de Doutor Honoris Causa. Governador interino do Maranhão durante os dias 25 e 26 de julho de 2019. Em 19/05/2020, tomou posse como membro efetivo da Corte do TRE-MA pela segunda vez, a primeira foi de 18/02/2009 a 18/02/2011, onde assumiu a Vice-Presidência e Corregedoria Regional Eleitoral. Assumiu como Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão em 01/03/2021.

José Jorge Figueiredo

Natural do município de São João Batista, o Desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos nasceu no dia 03 de setembro. Foi servidor do Tribunal de Justiça do Maranhão de 1977 a 1981. Exerceu, entre os anos de 1982 e 1987, o cargo de Delegado da Polícia Civil do Estado do Maranhão. Em 1987, foi nomeado para o cargo de Juiz de Direito do Poder Judiciário do Maranhão, tendo atuado nas Comarcas de São Luiz Gonzaga do Maranhão, Viana e Caxias.

No ano de 1997 foi promovido ao cargo de Juiz Auxiliar da Capital, passando a atuar nos Juizados Especiais, Varas Cíveis e Criminais. Foi promovido para o cargo Juiz Titular da 3ª Vara da Fazenda Pública de São Luís, em 2004. Entre os anos de 2007 e 2011, atuou como Juiz Auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça. De 2012 a 2013, atuou como membro efetivo do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, exercendo, em 2013, o cargo de Ouvidor daquela Corte Eleitoral. Foi de sua iniciativa a Resolução nº 8373/2013 que dispõe sobre o Serviço de Informação ao Cidadão no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão nos termos da Lei nº 12.527/2011.

No ano de 2015 figurou pela terceira vez consecutiva na lista tríplice, por merecimento, ao cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. Em sessão plenária administrativa no 13 de dezembro de 2017 foi aclamado Desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão pelos membros da Corte, por já ter figurado três vezes consecutivas na lista tríplice e ter sido eleito, por merecimento, Desembargador Substituto, em 2016, ficando apenas aguardando a oportunidade de uma nova vaga para acessar ao cargo. Possui Especialização em Ciências Criminais pela Universidade CEUMA - UNICEUMA e Direito Constitucional pela Unidade de Ensino Superior Dom Bosco - UNDB.

Othelino comanda na AL homenagem nos 90 anos da OAB

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou o papel da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na garantia dos preceitos constitucionais e do estado democrático de direito, durante a sessão solene em homenagem aos 90 anos da instituição, nesta quinta-feira (12), no Plenário Nagib Haickel.

A solenidade foi presidida pelo chefe do Parlamento Estadual e contou com a presença do presidente da OAB Seccional Maranhão, Kaio Saraiva, da vice-presidente da OAB-MA, Tatiana Costa, do desembargador Ricardo Duailibe, de advogados e representantes da advocacia maranhense, além dos deputados estaduais Socorro Waquim (PP), autora da homenagem; Wellington do Curso (PSC), Neto Evangelista (DEM) e César Pires (PSD).

Na ocasião, Othelino Neto falou sobre o protagonismo da instituição em momentos importantes para o país, estando sempre à frente na luta pela justiça e em defesa dos cidadãos.

“Essa é uma homenagem não só da Assembleia Legislativa, mas um reconhecimento do povo do Maranhão. Não há como se fazer justiça sem uma advocacia forte. A OAB tem levantado bandeiras importantes e em momentos cruciais de dificuldade pelos quais o país já passou, sendo sempre essa voz ativa e de equilíbrio para a manutenção das garantias constitucionais”, afirmou Othelino.

O chefe do Legislativo maranhense disse, ainda, que a homenagem é, também, uma reflexão sobre o papel da instituição para o estado democrático de direito. “Que a OAB continue sendo essa instituição ativa e vigilante para que ninguém se sinta no direito de se insurgir contra as regras que estão estabelecidas na Constituição”, ressaltou o parlamentar.

O presidente da OAB-MA, Kaio Saraiva, agradeceu à Assembleia Legislativa e ao povo do Maranhão pela homenagem. “É uma honra poder representar com muito orgulho a advocacia do nosso estado. Não posso deixar de agradecer essa justa homenagem à OAB, um reconhecimento feito não apenas às gestões, mas à advocacia e à força da instituição, que contribuiu muito para o crescimento do país”, declarou.

Advogado Alex Borralho alerta que redução do horário de funcionamento do poder judiciário é permitida pelo CNJ

Segundo postagem do referido causídico feito no Direito em Ordem, este o Instagram que idealizou (@alexferreiraborralho), o pleito da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), que causou descontentamento no meio social maranhense, voltado para o estabelecimento do expediente externo reduzido, a ser exercido entre 08:00 hs e 13:00 hs, encontra respaldo em decisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Alex Borralho esclarece que é entendimento prevalecente em diversos precedentes do referido órgão, que a Constituição assegura autonomia administrativa aos tribunais, para exercício da qual o próprio Conselho Nacional de Justiça assegurou-lhes prerrogativa de definir o horário de expediente forense em razão das diversas peculiaridades locais, como consta no artigo 1º, da Resolução nº 340, de 08 de setembro de 2020 (O expediente dos órgãos jurisdicionais para atendimento ao público será fixado por cada tribunal, devendo ocorrer de segunda a sexta-feira, inclusive, atendidas as peculiaridades locais e ouvidas as funções essenciais à administração da justiça, sem prejuízo da manutenção de plantão judiciário, presencial ou virtual). Esse contexto é estabelecido no artigo 96, da Constituição Federal que prevê a autonomia dos tribunais. Essencial destacar, que a referida resolução não estabelece nem a duração, nem os horários de início e final do atendimento ao público, facultando aos tribunais a liberdade para fixação, desde que o funcionamento ocorra de segunda a sexta-feira e que sejam atendidas as peculiaridades locais e ouvidas as funções essenciais à administração da Justiça, mantendo-se, sem prejuízo, o plantão judiciário, presencial ou virtual. O Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.484/DF, reiterou esse entendimento atualmente em voga no Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Borralho ressalta, também, que o debate entre tempo de trabalho e produtividade tem que ser enfrentado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, evitando que qualquer decisão que venha a ser tomada possa prejudicar o cidadão, o jurisdicionado, as advogadas e os advogados e demais operadores do Direito, ou seja, o interesse público deverá ser resguardado protegendo não só o acesso à Justiça, mas a razoável duração do processo.

Juízes não querem trabalhar até às 18h

Teve uma grande repercussão um posicionamento da Associação dos Magistrados do Maranhão (Amma) contrário à decisão do Tribunal de Justiça (TJ) que reestabeleceu o horário de funcionamento do judiciário maranhense das 8h às 18h.

Uma das primeiras medidas do desembargador Paulo Velten, assim que assumiu a presidência do TJ, foi assinar a resolução que fixava o horário de funcionamento da Corte das 8h às 18h a partir do dia 16 de maio. Ressalta-se que esse era o horário de expediente antes do início da pandemia de Covid-19.

Mas os magistrados não gostaram da mudança e preferiam continuar trabalhando apenas das 8h às 13h. Em ofício encaminhado ao desembargador Paulo Velten, a Amma informou que trabalhar das 8h às 18h “atenta contra a Responsabilidade Socioambiental”, causa “dispersão de recursos humanos” e a “redução da qualidade de vida dos servidores e magistrados”.

Hoje, a Associação voltou a se posicionar sobre o assunto divulgando uma nova nota em que mais uma vez defendia o horário de expediente reduzido, alegando que outros tribunais e órgãos já atuavam com o horário de trabalho diferenciado.

Na sessão plenária desta quarta-feira (11), o deputado Yglésio Moyses (PSB) destacou a eleição do desembargador Paulo Vélten à Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA). O parlamentar ressaltou que Vélten editou, na terça-feira (10), uma norma restabelecendo o horário de funcionamento do Poder Judiciário, bem como o atendimento ao público, de segunda à sexta-feira, de 8h às 18h. "Dou meus aplausos para o presidente do TJMA pela coragem de caminhar com a sociedade. Parabéns ao desembargador Paulo Vélten e meu repúdio àqueles que são cheios de privilégios dentro do serviço público e que não querem atender as pessoas que tanto precisam no Maranhão", afirmou Yglésio. O parlamentar explicou que a justificativa para manter o horário reduzido do atendimento foi o consumo excessivo de energia elétrica. "O Judiciário tem, cada vez mais, investido em energia solar. Essa justificativa é tão pífia e vai em direção contrária ao que a gente tem da necessidade do acesso universal à justiça", ressaltou.

Yglésio destaca medidas adotadas por Paulo Vélten no TJ

Na sessão plenária desta quarta-feira (11), o deputado Yglésio Moyses (PSB) destacou a eleição do desembargador Paulo Vélten à Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA). O parlamentar ressaltou que Vélten editou, na terça-feira (10), uma norma restabelecendo o horário de funcionamento do Poder Judiciário, bem como o atendimento ao público, de segunda à sexta-feira, de 8h às 18h.

“Dou meus aplausos para o presidente do TJMA pela coragem de caminhar com a sociedade. Parabéns ao desembargador Paulo Vélten e meu repúdio àqueles que são cheios de privilégios dentro do serviço público e que não querem atender as pessoas que tanto precisam no Maranhão”, afirmou Yglésio.

O parlamentar explicou que a justificativa para manter o horário reduzido do atendimento foi o consumo excessivo de energia elétrica. “O Judiciário tem, cada vez mais, investido em energia solar. Essa justificativa é tão pífia e vai em direção contrária ao que a gente tem da necessidade do acesso universal à justiça”, ressaltou.

Foto: Agência Assembleia

Tribunal de Justiça do Maranhão anuncia novo horário de funcionamento

11 de maio de 2022

Através da Resolução nº 56/2022, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) restabeleceu o horário de funcionamento ordinário do Poder Judiciário do Maranhão, e também de atendimento ao público, que será cambiado para acontecer de segunda a sexta-feira, das 8h às 18.

O novo funcionamento entra em vigor a partir do dia 16 de maio de 2022. O documento - assinado pela mesa diretora do TJMA - autoriza a escala e o horário de trabalho dos servidores, observada as respectivas jornadas de trabalho fixadas em lei, serão estabelecidos pelos gestores de cada unidade, administrativa ou judicial, de modo a manter a unidade em funcionamento no horário das 8h às 18h.

O regime de Plantão Judicial, para atender demandas urgentes, segue ainda as normas atuais em vigor.

A resolução considera o Decreto Estadual nº 37.492/2022, que flexibilizou medidas de contenção à Covid-19 em razão da redução do número de casos e também do elevado percentual de vacinação da população, além da Portaria-GP nº 215/2012 que determinou o retorno 100% presencial dos servidores e servidoras do Poder Judiciário a partir de 1º de abril de 2022.

TJMA RESTABELECE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS 8H ÀS 18H

A medida considera a necessidade de retomar a normalidade do atendimento ao jurisdicionadoO Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Resolução nº 56/2022, restabeleceu o horário de funcionamento ordinário do Poder Judiciário do Maranhão, e também de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, a partir do dia 16 de maio de 2022.Segundo o documento - assinado pela mesa diretora do TJMA - a escala e o horário de trabalho dos servidores e servidoras, observada as respectivas jornadas de trabalho fixadas em lei, serão estabelecidos pelos gestores e gestoras de cada unidade, administrativa ou judicial, de modo a manter a unidade em funcionamento no horário das 8h às 18h.O funcionamento do regime de Plantão Judicial, visando o atendimento de demandas urgentes, continua a ser regido pelas normas atualmente vigentes.A resolução considera o Decreto Estadual nº 37.492/2022, que flexibilizou medidas de contenção à Covid-19 em razão da redução do número de casos e também do elevado percentual de vacinação da população, além da Portaria-GP nº 215/2012 que determinou o retorno 100% presencial dos servidores e servidoras do Poder Judiciário a partir de 1º de abril de 2022.O Tribunal de Justiça tem competência para definir sobre o funcionamento de seus órgãos jurisdicionais e administrativos, conforme artigo 96 da Constituição Federal de 1988, artigo primeiro da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 88/2009 e o parágrafo 5º do artigo 87 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão. Fonte: tjma.jus.br

Yglésio destaca medidas adotadas por Paulo Vélten na Presidência do TJMA

Agência Assembleia

Agência Assembleia

Yglésio destaca medidas adotadas por Paulo Vélten na Presidência do TJMA

Deputado Yglésio elogiou as primeiras ações do desembargador Paulo Vélten na Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão

Na sessão plenária desta quarta-feira (11), o deputado Yglésio Moyses (PSB) destacou a eleição do desembargador Paulo Vélten à Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA). O parlamentar ressaltou que Vélten editou, na terça-feira (10), uma norma restabelecendo o horário de funcionamento do Poder Judiciário, bem como o atendimento ao público, de segunda à sexta-feira, de 8h às 18h.

“Dou meus aplausos para o presidente do TJMA pela coragem de caminhar com a sociedade. Parabéns ao desembargador Paulo Vélten e meu repúdio àqueles que são cheios de privilégios dentro do serviço público e que não querem atender as pessoas que tanto precisam no Maranhão”, afirmou Yglésio.

O parlamentar explicou que a justificativa para manter o horário reduzido do atendimento foi o consumo excessivo de energia elétrica. “O Judiciário tem, cada vez mais, investido em energia solar. Essa justificativa é tão pífia e vai em direção contrária ao que a gente tem da necessidade do acesso universal à justiça”, ressaltou.

TJMA restabelece horário de funcionamento das 8h às 18h

A medida considera a necessidade de retomar a normalidade do atendimento ao jurisdicionado Central de Notícias 11/05/22 | 14:00 Maranhão |

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Resolução nº 56/2022, restabeleceu o horário de funcionamento ordinário do Poder Judiciário do Maranhão, e também de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, a partir do dia 16 de maio de 2022.

Segundo o documento - assinado pela mesa diretora do TJMA - a escala e o horário de trabalho dos servidores e servidoras, observada as respectivas jornadas de trabalho fixadas em lei, serão estabelecidos pelos gestores e gestoras de cada unidade, administrativa ou judicial, de modo a manter a unidade em funcionamento no horário das 8h às 18h.

O funcionamento do regime de Plantão Judicial, visando o atendimento de demandas urgentes, continua a ser regido pelas normas atualmente vigentes.

A resolução considera o Decreto Estadual nº 37.492/2022, que flexibilizou medidas de contenção à Covid-19 em razão da redução do número de casos e também do elevado percentual de vacinação da população, além da Portaria-GP nº 215/2022, que determinou o retorno 100% presencial dos servidores e servidoras do Poder Judiciário a partir de 1º de abril de 2022.

O Tribunal de Justiça tem competência para definir sobre o funcionamento de seus órgãos jurisdicionais e administrativos, conforme artigo 96 da Constituição Federal de 1988, artigo primeiro da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 88/2009 e o parágrafo 5º do artigo 87 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão.

Justiça de Todos oferece salas de acesso virtual em cidades sem fórum no Maranhão

11 de maio de 2022

Justiça de Todos oferece salas de acesso virtual em cidades sem fórum no MaranhãoFoto: TJMA

O projeto Justiça de Todos, da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), foi apresentado no plenário nesta quarta-feira (11/5). A iniciativa oferece, em cidades onde não há fóruns, salas com estrutura de informática necessária para as pessoas acionarem a Justiça à distância, de forma gratuita. O lançamento foi feito pelo corregedor-geral do TJMA, desembargador Froz Sobrinho, que participou virtualmente de Davinópolis (MA), onde o projeto já foi implantado.

Froz Sobrinho pediu o apoio do colegiado para ampliar a execução do projeto e destacou os benefícios da sua implantação para aproximar o Judiciário da população, promover a paz social e a celeridade processual. Segundo o desembargador, o Justiça de Todos está alinhado aos eixos fundamentais da gestão do Tribunal: “governança, de utilizar a tecnologia de informação como instrumento de acessibilidade e proximidade com o jurisdicionado; resolutividade, trabalhar de olho nas metas; de integridade, melhorar a percepção pública sobre a confiança no Poder Judiciário; e de transparência, aprimorar o cenário de comunicação social valorizando a acessibilidade de todo cidadão”.

Um vídeo institucional com a influenciadora maranhense Taynara OG destaca as vantagens da iniciativa para mais de mil famílias nos dois municípios já beneficiados – Davinópolis e Governador Edison Lobão. O vídeo ainda mostra os benefícios para a agilidade dos atos processuais, paz e a Justiça social, a redução das desigualdades e o fortalecimento das parceria institucionais em favor do cumprimento das metas de desenvolvimento sustentável.

Nas duas cidades, as prefeituras cederam o espaço físico e a Corregedoria forneceu equipamentos de informática e treinou profissionais para dar atenção e suporte técnico de atendimento a quem precisar acessar os sistemas. As salas estão estruturadas para audiências com videoconferência e atendimento por balcão virtual, com computador, impressora, digitalizadora e móveis.

A meta do Justiça de Todos é alcançar os 86 termos judiciários que não são sede de comarcas e, por isso, não possuem prédio próprio de fórum em funcionamento. Neles, as pessoas que não têm condições de possuir equipamentos de informática ou internet precisam ir até a sede da comarca para acionar os serviços judiciais. Segundo a coordenadora do projeto, juíza Tereza Palhares Nina, o propósito do projeto é ampliar o acesso à Justiça. “Assim, os jurisdicionados terão oportunidade de participar de audiências por videoconferência no local que residem, evitando-se possíveis redesignações, possibilitando que os atos processuais sejam realizados de forma a reduzir tempo de duração do processo.”

O presidente da OAB-Maranhão, Kaio Saraiva, afirmou que o projeto representa um “grande marco” para a Justiça do Maranhão, que neste ato se torna mais próxima da sociedade. “Quero parabenizar o corregedor Froz Sobrinho que, em menos de 15 dias de gestão, já lança um projeto dessa importância, para tornar a Justiça mais próxima de quem de fato precisa da assistência do Poder Judiciário.”

CORREGEDORIA-GERAL DO PJBA PRIORIZA A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA, EM PARCERIA COM CARTÓRIOS E PREFEITURAS

PUBLICADO EM: 11/05/2022 ÀS 18:07

ATUALIZADO EM: 11/05/2022 ÀS 18:07

Texto: Ascom PJBA / Fotos: Ascom PJBA

A reunião com os delegatários dos cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de entrância final ocorreu na terça-feira (11)

“Eu gostaria de ter o papel da minha casa”. É esta a frase que o Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, Corregedor-Geral da Justiça do Poder Judiciário da Bahia (CGJ-PJBA), escuta com frequência nas cidades do interior. Com o objetivo de ajudar as pessoas, que costumam fazer essa declaração, a regularizarem a moradia, o Magistrado definiu como prioridade de gestão a Regularização Fundiária.

A Regularização Fundiária é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam a correção de seus registros informais e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Na terça-feira (10), a equipe da Corregedoria-Geral se reuniu com os delegatários dos Cartórios de Registro de Imóveis das comarcas de entrância final, com o objetivo de apresentar a Regularização Fundiária Urbana (Reurb). “A reunião tem o escopo de chamar essas pessoas a estarem conosco neste projeto, a abraçarem a causa, que política e socialmente, é muito importante para a nação, especialmente, para ao nosso Estado e para o Poder Judiciário”, explica o Corregedor-Geral.

Segundo o Juiz Leonardo Rulian Custódio, Coordenador do Grupo de Trabalho de Regularização e Conflitos Fundiários, o índice de imóveis na Bahia sem o título de propriedade ultrapassa 85%. “Isso significa que a população tem a moradia, mas não tem a documentação registrada no cartório de registro de imóveis. Na área jurídica quem não registra não tem dono”, ressalta.

Dessa forma, o morador fica impedido de exercer direitos, a exemplo de um financiamento no banco, caso preciso fazer uma reforma na casa.

Cabe salientar que a Regularização Fundiária se baseia na agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem como objetivo o direito à moradia.

Na segunda-feira (09) também ocorreu um encontro da CGJ com os prefeitos e/ou seus representantes dos municípios baianos. “O que estamos fazendo é trazendo as prefeituras como protagonista dessa parte da regularização, já que o órgão tem todo um estudo das áreas, das regiões que precisam ser regularizadas”, frisa a Juíza Indira Fábria dos Santos Meireles, responsável pelo Núcleo Extrajudicial do PJBA.

O papel do município é fundamental na regularização fundiária. Ao órgão compete a iniciativa do processo

administrativo; a classificação da Reurb em social ou específico; a aprovação da proposta de parcelamento; e demais documentos necessários para a individualização do lote, para a emissão da Certidão de Regularização Fundiária e para a remessa do projeto pronto ao Cartório de Imóveis.

A Juíza Indira Fábria destaca, ainda, a necessidade do papel ativo da Corregedoria na regularização.

Para Mauricio Lopes, Delegatário do 2º Registro de Imóveis de Salvador, a iniciativa da Corregedoria é importantíssima porque “boa parte da população de Salvador e do Estado vive em situação de irregularidade. O IBGE apurou, no último censo, a existência de 850 mil habitações no município de Salvador. Provavelmente, temos aí umas 500 mil ou mais em situação de irregularidade”.

Nacional - O Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano foi eleito, em abril, Presidente do Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça.

A regularização fundiária nas comarcas de entrância final foi estabelecida pelo Corregedor-Geral Rotondano como uma das prioridades de gestão, dada a relevância social e econômica da ação. O Desembargador destacou que já existem planos para a assinatura de termos de cooperação técnica com as prefeituras sobre o tema e que já estão em contato com os órgãos para o fornecimento de pessoal de apoio.

O Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça foi criado, inicialmente, abrangendo os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, formando o acrônimo Matopiba. Em seguida, o estado de Minas Gerais aderiu ao projeto, que ganhou contornos nacionais, conforme deliberação do 87ª Encoge, realizado em São Luís do Maranhão.

Saiba mais

Descrição da imagem: Desembargador Rotondano realiza reunião em um dos auditórios do prédio sede do PJBA com os delegatários dos cartórios de Registro de Imóveis das Comarcas de Entrância Final {fim da descrição}.

#Pratodosverem #Pracegover

Corregedoria-Geral do PJBA prioriza a regularização fundiária, em parceria com cartórios e prefeituras

12 de maio de 2022 Redação do Jornal Grande Bahia Sistema Judicial

Equipe da Corregedoria-Geral se reuniu com os delegatários dos Cartórios de Registro de Imóveis das comarcas de entrância final, com o objetivo de apresentar a REURB.

Equipe da Corregedoria-Geral se reuniu com os delegatários dos Cartórios de Registro de Imóveis das comarcas de entrância final, com o objetivo de apresentar a REURB.

“Eu gostaria de ter o papel da minha casa”. É esta a frase que o Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano, Corregedor-Geral da Justiça do Poder Judiciário da Bahia (CGJ-PJBA), escuta com frequência nas cidades do interior. Com o objetivo de ajudar as pessoas, que costumam fazer essa declaração, a regularizarem a moradia, o Magistrado definiu como prioridade de gestão a Regularização Fundiária.

A Regularização Fundiária é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam a correção de seus registros informais e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Na terça-feira (10/05/2022), a equipe da Corregedoria-Geral se reuniu com os delegatários dos Cartórios de Registro de Imóveis das comarcas de entrância final, com o objetivo de apresentar a Regularização Fundiária Urbana (Reurb). “A reunião tem o escopo de chamar essas pessoas a estarem conosco neste projeto, a abraçarem a causa, que política e socialmente, é muito importante para a nação, especialmente, para ao nosso Estado e para o Poder Judiciário”, explica o Corregedor-Geral.

Segundo o Juiz Leonardo Rulian Custódio, Coordenador do Grupo de Trabalho de Regularização e Conflitos Fundiários, o índice de imóveis na Bahia sem o título de propriedade ultrapassa 85%. “Isso significa que a população tem a moradia, mas não tem a documentação registrada no cartório de registro de imóveis. Na área jurídica quem não registra não tem dono”, ressalta.

Dessa forma, o morador fica impedido de exercer direitos, a exemplo de um financiamento no banco, caso preciso fazer uma reforma na casa.

Cabe salientar que a Regularização Fundiária se baseia na agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem como objetivo o direito à moradia.

Na segunda-feira (09) também ocorreu um encontro da CGJ com os prefeitos e/ou seus representantes dos municípios baianos. “O que estamos fazendo é trazendo as prefeituras como protagonista dessa parte da regularização, já que o órgão tem todo um estudo das áreas, das regiões que precisam ser regularizadas”, frisa a Juíza Indira Fábila dos Santos Meireles, responsável pelo Núcleo Extrajudicial do PJBA.

O papel do município é fundamental na regularização fundiária. Ao órgão compete a iniciativa do processo administrativo; a classificação da Reurb em social ou específico; a aprovação da proposta de parcelamento; e demais documentos necessários para a individualização do lote, para a emissão da Certidão de Regularização

Fundiária e para a remessa do projeto pronto ao Cartório de Imóveis.

A Juíza Indira Fábila destaca, ainda, a necessidade do papel ativo da Corregedoria na regularização.

Para Mauricio Lopes, Delegatário do 2º Registro de Imóveis de Salvador, a iniciativa da Corregedoria é importantíssima porque “boa parte da população de Salvador e do Estado vive em situação de irregularidade. O IBGE apurou, no último censo, a existência de 850 mil habitações no município de Salvador. Provavelmente, temos aí umas 500 mil ou mais em situação de irregularidade”.

Nacional

O Desembargador José Edivaldo Rocha Rotondano foi eleito, em abril, Presidente do Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça.

A regularização fundiária nas comarcas de entrância final foi estabelecida pelo Corregedor-Geral Rotondano como uma das prioridades de gestão, dada a relevância social e econômica da ação. O Desembargador destacou que já existem planos para a assinatura de termos de cooperação técnica com as prefeituras sobre o tema e que já estão em contato com os órgãos para o fornecimento de pessoal de apoio.

O Fórum Nacional Fundiário das Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça foi criado, inicialmente, abrangendo os estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia, formando o acrônimo Matopiba. Em seguida, o estado de Minas Gerais aderiu ao projeto, que ganhou contornos nacionais, conforme deliberação do 87ª Encoge, realizado em São Luís do Maranhão.

Em homenagem à OAB, Othelino destaca importância da instituição para garantia dos preceitos constitucionais

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), destacou o papel da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na garantia dos preceitos constitucionais e do estado democrático de direito, durante a sessão solene em homenagem aos 90 anos da instituição, nesta quinta-feira (12), no Plenário Nagib Haickel. A solenidade foi presidida pelo chefe do Parlamento Estadual e contou com a presença do presidente da OAB Seccional Maranhão, Kaio Saraiva, da vice-presidente da OAB-MA, Tatiana Costa, do desembargador Ricardo Duailibe, de advogados e representantes da advocacia maranhense, além dos deputados estaduais Socorro Waquim (PP), autora da homenagem; Wellington do Curso (PSC), Neto Evangelista (DEM) e César Pires (PSD). Na ocasião, Othelino Neto falou sobre o protagonismo da instituição em momentos importantes para o país, estando sempre à frente na luta pela justiça e em defesa dos cidadãos. "Essa é uma homenagem não só da Assembleia Legislativa, mas um reconhecimento do povo do Maranhão. Não há como se fazer justiça sem uma advocacia forte. A OAB tem levantado bandeiras importantes e em momentos cruciais de dificuldade pelos quais o país já passou, sendo sempre essa voz ativa e de equilíbrio para a manutenção das garantias constitucionais", afirmou Othelino. O chefe do Legislativo maranhense disse, ainda, que a homenagem é, também, uma reflexão sobre o papel da instituição para o estado democrático de direito. "Que a OAB continue sendo essa instituição ativa e vigilante para que ninguém se sinta no direito de se insurgir contra as regras que estão estabelecidas na Constituição", ressaltou o parlamentar. Dney Justino Deputado Othelino Neto, o presidente da OAB-MA, Kaio Saraiva, e o desembargador Ricardo Duailibe, na sessão solene em homenagem à OAB Orgulho O presidente da OAB-MA, Kaio Saraiva, agradeceu à Assembleia Legislativa e ao povo do Maranhão pela homenagem. "É uma honra poder representar com muito orgulho a advocacia do nosso estado. Não posso deixar de agradecer essa justa homenagem à OAB, um reconhecimento feito não apenas às gestões, mas à advocacia e à força da instituição, que contribuiu muito para o crescimento do país", declarou. A deputada Socorro Waquim (PP) afirmou que a OAB sempre foi decisiva na manutenção da democracia no país. "São 90 anos de uma luta profícua e de muitos resultados positivos. Não podemos deixar de ressaltar o papel fundamental da Ordem no aprimoramento das instituições constitucionais. A OAB é fundamental para garantir a boa aplicação das leis, assim como na defesa ética dos advogados", completou. Elias Auê O conteúdo deste blog é livre e seus editores não têm ressalvas na reprodução do conteúdo em outros canais, desde que dados os devidos créditos.

Judiciário de Cantanhede abre processo seletivo para assessor de juiz

Inscrições por correio eletrônico ocorrem de de 23 a 27 de maio de 2022.

Fonte: Com informações da CGJ

Data de publicação: 11/05/2022

Foto: Reprodução

O Judiciário de Cantanhede - distante 163 km de São Luís, abriu processo seletivo para preenchimento de uma vaga de cargo em comissão de assessor de juiz (entrância inicial), de livre nomeação e exoneração, com lotação na Vara Única da comarca.

O processo seletivo será realizado de acordo com as condições estabelecidas no Edital Nº 2, de 9 de maio de 2022, em três etapas, todas de classificatórias e eliminatórias: Análise curricular, levando-se em conta especialmente formação acadêmica e complementar, além da experiência profissional; Elaboração de duas peças processuais - criminal e cível - e/ou questões dissertativas, sobre áreas do direito civil e penal e uma entrevista pessoal.

A inscrição deverá ser realizada, no período de 23 a 27 de maio de 2022, com o envio de todos os documentos digitalizados para o correio eletrônico da Vara Única da Comarca de Cantanhede (vara1_can@tjma.jus.br).

As provas serão aplicadas no dia 2 de junho de 2022, nos períodos da manhã e tarde, no Fórum da Comarca de Cantanhede (MA), na Rua Boa Esperança, s/nº -Centro. Cantanhede (MA). Telefone: (98)3462-1487. No dia de aplicação das provas, os portões serão fechados 20 minutos antes do horário de início dos exames.

VENCIMENTOS DO CARGO

O vencimento bruto atual do cargo é de R\$7.446,95 mais R\$1.250,00 de auxílio alimentação, totalizando R\$8.696,95. E a carga horária semanal de trabalho será de 40 horas, não incluído o período relativo ao Plantão Judicial nem outras atividades obrigatórias.

FUNÇÕES DE ASSESSOR (A) DE JUIZ(A)

Compete ao cargo de Assessor de Juiz a elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças, a gestão das atividades no gabinete, o preenchimento de relatórios, o atendimento das partes e advogados, o acompanhamento em audiência, consoante ao estabelecido nas leis, no Código de Normas da Corregedoria do Maranhão e determinações do Juiz de Direito da unidade judicial.

REQUISITOS PARA POSSE NO CARGO

A pessoa interessada deve ser portadora de diploma de bacharel em direito, expedido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação.

Não poderá ser parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, de magistrado (juiz ou desembargador), membro do Ministério Público (promotor ou procurador de justiça) ou defensor público.

Também não poderá ser parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, em linha reta ou colateral, de vereadores, prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores e demais agentes políticos em geral, com atuação no Estado do Maranhão.

DOCUMENTOS PARA INSCRIÇÃO

A pessoa que se candidatar deverá apresentar deverá apresentar os seguintes documentos: Formulário constante do Anexo I do Edital preenchido, com a possível pontuação; Declaração de inexistência de parentesco, nos termos da lei, confirmada e reconhecida em Cartório; Currículo; Cópia da Carteira de Identidade e do CPF ou Carteira Nacional de Habilitação; Documentos comprobatórios dos critérios objetivos previstos no Edital, para fins de pontuação.

Quem for aprovado e contratado será regido pela Lei nº.6.107/1994 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Maranhão).

Tribunal de Justiça volta a funcionar das 08 às 18 horas a partir da próxima segunda-feira

por Aquiles Emir -11 de maio de 2022

Medida considera a necessidade de retomar a normalidade do atendimento ao jurisdicionado O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Resolução nº 56/2022, restabeleceu o horário de funcionamento ordinário do Poder Judiciário do Maranhão, e também de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, a partir do dia 16 de maio de 2022.

Segundo o documento - assinado pela mesa diretora do TJMA - a escala e o horário de trabalho dos servidores e servidoras, observada as respectivas jornadas de trabalho fixadas em lei, serão estabelecidos pelos gestores e gestoras de cada unidade, administrativa ou judicial, de modo a manter a unidade em funcionamento no horário das 8h às 18h.

O funcionamento do regime de Plantão Judicial, visando o atendimento de demandas urgentes, continua a ser regido pelas normas atualmente vigentes.

A resolução considera o Decreto Estadual nº 37.492/2022, que flexibilizou medidas de contenção à Covid-19 em razão da redução do número de casos e também do elevado percentual de vacinação da população, além da Portaria-GP nº 215/2012 que determinou o retorno 100% presencial dos servidores e servidoras do Poder Judiciário a partir de 1º de abril de 2022.

O Tribunal de Justiça tem competência para definir sobre o funcionamento de seus órgãos jurisdicionais e administrativos, conforme artigo 96 da Constituição Federal de 1988, artigo primeiro da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 88/2009 e o parágrafo 5º do artigo 87 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão.

TJ-MA e Prefeitura de Imperatriz firmam parceria na área de regularização fundiária

11 de maio de 2022 Redação Maranhão Notícias 0 comentários Desembargador Froz Sobrinho, Portal Maranhão Notícias, Prefeito Assis Ramos, São Luis, TJ-MA
O documento foi assinado pelo prefeito Assis Ramos e o desembargador Froz Sobrinho, na última terça-feira(10), no gabinete da prefeitura.

Maranhão Notícias

IMPERATRIZ - O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão(TJ-MA), e a Prefeitura de Imperatriz, firmaram um Termo de Cooperação Técnica que vai garantir a expansão do programa de regularização fundiária. O Município, que já realiza um programa de regularização fundiária próprio, vai aderir ao projeto do TJ-MA que vem sendo desenvolvido em várias comarcas do Estado.

Conforme a parceria estabelecida, o Tribunal de Justiça vai fornecer capacitação técnica aos servidores da Serf por meio da Escola Superior da Magistratura.

Durante a assinatura do Termo de Cooperação, na última terça-feira(10), no gabinete da prefeitura, o prefeito Assis Ramos ressaltou a importância da parceria com o TJ-MA, a que considera um avanço por possibilitar o acesso de mais famílias ao documento de suas casas.

O secretário de Regularização Fundiária, Jefferson Sales disse que o Município tem avançado na política fundiária e já foram entregues cerca de seis mil títulos definitivos de moradias, cujos processos vem sendo elaborados em conformidade com a Lei 13.464/2017.

O desembargador do Tribunal de Justiça, Froz Sobrinho ressaltou que o Termo de Cooperação Técnica consolida a parceria interinstitucional tão necessária para a efetivação de programas de interesse social, como é o caso da regularização fundiária.

(Foto: Assessoria da Prefeitura de Imperatriz).

Acontece em São Luís a Semana Estadual de Enfrentamento a LGBTfobia

O evento será de 16 a 20 de maio, com o objetivo de fomentar respeito à diversidade e debater mecanismos importante e garantia de direitos.

O mês de maio foi escolhido por ocasião do Dia Mundial de Luta contra a LGBTfobia, comemorado no dia 17 de maio, que marca a luta e também celebra as vitórias já conquistadas deste seguimento da sociedade. (Foto: Reprodução/Internet)

Por: Da redação com informações da Assessoria
12 de Maio de 2022

No período de 16 a 20 de maio será realizada a Semana Estadual de Enfrentamento a LGBTfobia, uma iniciativa que visa fomentar o respeito à diversidade, debater mecanismos importante para a garantia dos direitos da população LGBTQIA+ e para o fortalecimento da democracia.

O mês de maio foi escolhido por ocasião do Dia Mundial de Luta contra a LGBTfobia, comemorado no dia 17 de maio, que marca a luta e também celebra as vitórias já conquistadas deste seguimento da sociedade.

Com o tema “LGBTFOBIA não é opinião, é crime! - Aprovação do Plano Estadual De Políticas Públicas Já!!!”, o evento é uma realização da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), em parceria com o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), por meio do Comitê de Diversidade; Conselho Estadual dos Direitos das Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CEDLGBT) e Fórum ONG LGBT do Estado do Maranhão.

A abertura da semana será realizada em São Luís, no dia 16 de maio, no Auditório do Edifício João Goulart, às 8h30. Além da Sedihpop e do TJ/MA, a atividade contará com a presença de representantes das secretarias de estado de Saúde (SES) e Segurança Pública (SSP); Defensoria Pública do Estado do Maranhão (DPE/MA).

Estarão presentes também Comissão da Diversidade da Ordem dos Advogados (OAB/MA), Conselho Estadual LGBT e Fórum Estadual LGBTI+. Na oportunidade será realizado o Lançamento do Boletim da Violência Letal LGBTI+ do Maranhão, uma produção do Observatório de Políticas Públicas LGBTI+ do Maranhão.

A secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular, Amanda Costa, destaca a importância de trazer para o debate sobre um tema ainda tão estigmatizado, mas que está muito presente na vida das pessoas.

“A Semana tem um papel pedagógico, de promover o debate, a reflexão e possibilitar falar sobre LGBTfobia, sobre os direitos da comunidade LGBTQIA+ e discutir mecanismos para o enfrentamento dessa violência no Maranhão. Dessa forma reafirmamos o nosso compromisso de combater quaisquer tipo de violência em decorrência da orientação sexual e das identidades de gênero e fomentamos uma cultura de paz.”, destacou Amanda Costa.

De 17 a 20 de maio as atividades acontecerão no interior do estado, em parceria com organizações da sociedade civil, nos municípios de Bacabal, Pindaré Mirim, Santa Inês, Caxias, Aldeias Altas, Raposa e Cururupu.

O encerramento oficial das atividades será realizado no dia 20, com Ato Show de Denúncia Contra a LGBTIfobia, a partir das 18h, na Praça Nauro Machado, na Praia Grande.

Veja a programação abaixo:

Dia 16/05

São Luís

Abertura da Semana Estadual de Enfrentamento a LGBTIfobia.

Local: Auditório do Edifício João Goulart - AV. Dom Pedro II Centro Histórico

Horário: 8h30

De 17 a 20/05

Bacabal

Ato Público alusivo Ao Dia Internacional Contra LGBTIfobia Horário: 8h30 às 17h Local- IEMA

Pindaré Mirim

Roda de Diálogo Sobre Estratégia de Enfretamento a LGBTIfobia

Horário: 15h às 18h

Santa Inês

Realização de Panfletagem em diversos locais da cidade

Horário: 9h

Dia 18/05

Caxias

Seminário Municipal de Enfretamento a LGBTIfobia

Horário 8h30 às 12h

Aldeias Altas

Ato Público Contra LGBTIfobia

Horário: 15h às 18h

Dia 19/05

Raposa

Roda de Dialogo População LGBTI e o Enfretamento a LGBTIfobia

Horário 15h às 17h

Dia 20/05

São Luís

Encerramento Ato Show de Denúncia Contra a LGBTIfobia

Horário 18h às 22h

Local: Praça Nauro Machado

Dia 21/05

Cururupu

Seminário Municipal Politicas Publica e População LGBTI+

Horário: a definir

Yglésio destaca medidas adotadas por Paulo Vélten na Presidência do TJ-MA

Deputado elogiou ampliação nos dias e horários de atendimento ao público, realizada pelo magistrado recém eleito.

Na sessão plenária da Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) realizada nesta quarta-feira (11), o deputado Yglésio Moyses (PSB) destacou a eleição do desembargador Paulo Vélten à Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA).

O parlamentar ressaltou que Vélten editou, na terça-feira (10), uma norma restabelecendo o horário de funcionamento do Poder Judiciário, bem como o atendimento ao público, de segunda à sexta-feira, de 8h às 18h.

“Dou meus aplausos para o presidente do TJMA pela coragem de caminhar com a sociedade. Parabéns ao desembargador Paulo Vélten e meu repúdio àqueles que são cheios de privilégios dentro do serviço público e que não querem atender as pessoas que tanto precisam no Maranhão”, afirmou Yglésio.

O parlamentar explicou que a justificativa para manter o horário reduzido do atendimento foi o consumo excessivo de energia elétrica.

“O Judiciário tem, cada vez mais, investido em energia solar. Essa justificativa é tão pífia e vai em direção contrária ao que a gente tem da necessidade do acesso universal à justiça”, ressaltou.

Yglésio destaca medidas adotadas por Paulo Vélten na Presidência do TJ-MA

Na sessão plenária da Assembleia Legislativa do Maranhão (Alema) realizada nesta quarta-feira (11), o deputado Yglésio Moyses (PSB) destacou a eleição do desembargador Paulo Vélten à Presidência do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA). O parlamentar ressaltou que Vélten editou, na terça-feira (10), uma norma restabelecendo o horário de funcionamento do Poder Judiciário, bem como o atendimento ao público, de segunda à sexta-feira, de 8h às 18h. "Dou meus aplausos para o presidente do TJMA pela coragem de caminhar com a sociedade. Parabéns ao desembargador Paulo Vélten e meu repúdio àqueles que são cheios de privilégios dentro do serviço público e que não querem atender as pessoas que tanto precisam no Maranhão", afirmou Yglésio. O parlamentar explicou que a justificativa para manter o horário reduzido do atendimento foi o consumo excessivo de energia elétrica. "O Judiciário tem, cada vez mais, investido em energia solar. Essa justificativa é tão pífia e vai em direção contrária ao que a gente tem da necessidade do acesso universal à justiça", ressaltou.

Terceira Vara de Pinheiro planeja mutirão para julgar processos

A 3ª Vara da Comarca de Pinheiro realizará um “Mutirão de Audiências de Instrução e Julgamento”, para solução de processos em andamento na unidade, com o objetivo de cumprir as metas de desempenho determinadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA).

O mutirão será realizado no período de 13 a 28 de setembro deste ano, no Fórum de Pinheiro, e ocorrerá durante o horário normal de expediente da unidade, sem prejuízo do atendimento da secretaria judicial às partes processuais e seus advogados.

Durante o mutirão, qualquer cidadão, advogado, defensor público ou promotor de Justiça poderá apresentar reclamações, sugestões ou opinião sobre os serviços forenses., diretamente ao juiz da 3ª Vara, Carlos Alberto Brito, que estará à disposição do público em geral para esclarecer dúvidas sobre os julgamentos.

Por meio da Portaria 2235/2022, o juiz determinou aos servidores da unidade que prestem o expediente e atendimento de qualidade aos profissionais da Justiça durante o mutirão, “expedindo gratuitamente todas as certidões e documentos necessários ao desempenho de suas funções”.

DURAÇÃO DO PROCESSO

O juiz justificou, no documento, que a 3ª Vara de Pinheiro recebeu “significativo acervo processual quando de sua instalação” e a necessidade de alcance das metas de produtividade estabelecidas pelo CNJ e TJMA.

“Por disposição constitucional, são assegurados, no âmbito judicial, a razoável duração do processo, e os meios que garantam celeridade na sua tramitação”, afirma a Portaria assinada pelo juiz em 6 de maio.

O Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, a 3ª Promotoria de Justiça, a Defensoria Pública e a OAB foram comunicados da realização do mutirão.

Inscrições para concurso público de juiz vão até 26 de maio

12 de maio de 2022 omaranhense

Estão abertas as inscrições para o Concurso Público para provimento de vagas e formação de cadastro de reserva no cargo de juiz substituto do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). Ao todo, são 15 vagas e formação de cadastro reserva.

As inscrições iniciaram às 10h do dia 27/04/2022 e seguem até às 18h do dia 26/05/2022 (observado o horário de Brasília), via internet, no site https://www.cebraspe.org.br/concursos/tj_ma_22_juiz, no valor de R\$ 304,04 (trezentos e quatro reais e quatro centavos).

O concurso, que está a cargo do Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos (Cebraspe), segue as normas estabelecidas em regulamento aprovado pela Resolução nº. 105/2021, publicada em 7 de janeiro de 2022, no Diário da Justiça Eletrônico, pelo Edital e pelas legislações aplicáveis.

Todas as etapas presenciais do concurso serão realizadas na cidade de São Luís/MA, para todos os candidatos, bem como a avaliação biopsicossocial dos candidatos que se declararem com deficiência e o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração dos candidatos negros.

O candidato poderá obter informações referentes ao concurso público na Central de Atendimento ao Candidato do Cebraspe, localizada na Universidade de Brasília (UnB) - Campus Universitário Darcy Ribeiro, Sede do Cebraspe - Asa Norte, Brasília/DF, por meio do telefone (61) 3448-0100, ou via internet, no endereço eletrônico do certame, ressalvado o disposto no subitem 14.6 deste edital, e por meio do endereço eletrônico sac@cebraspe.org.br.

Carlos Brandão: "Somos um governo de continuidade e avanços"

Da Redação
SECOM/MA

Carlos Brandão pontua ações sobre 30 dias de gestão - Foto: Gilson Teixeira

O governador do Estado, Carlos Brandão durante participação no programa Bom Dia, Maranhão (TV Mirante) desta quarta feira (11) onde concedeu entrevista ao jornalista Clóvis Cabalau, pontuou ações dos primeiros 30 dias à frente do comando do Maranhão. Na ocasião, ele também anunciou medidas que devem ser implantadas nos próximos meses e as expectativas para as eleições de outubro. "Somos um governo de continuidade e avanços", frisou o governador.

"Acompanhamos a gestão Flávio Dino durante sete anos. Conhecemos todas as políticas públicas, todas as secretarias e órgãos, portanto, não houve dificuldades nesta transição. Fizemos alguns ajustes na composição de secretariado, mas, o governo segue inaugurando várias obras, programas sociais, de desenvolvimento e geração de empregos. Seguimos avançando", frisou Brandão.

O governador pontuou que irá conduzir sua gestão com a inauguração de obras em andamento na área social, educação e saúde, entre outras, totalizado cerca de 500 a serem entregues, até final do mês de julho. "Todo governo tem uma identidade e a nossa, com certeza, são os avanços e conquistas sociais. Vamos concluir obras em andamento, impactando na geração de milhares de empregos. Estamos saindo de uma pandemia e o Maranhão teve o maior desempenho nesse combate, e, mesmo com este cenário, foi o que mais gerou empregos", pontuou.

Na economia, Brandão anunciou alocação de recursos para o pagamento da primeira parcela do 13º, no mês de julho. Citou o planejamento para o São João do Maranhão, que também vai impactar na geração de renda, empregos, além de movimentar a economia, o turismo e o setor cultural. "O São João não é apenas festa, é um projeto de geração de emprego e renda", apontou.

Sobre os Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), o governador pontuou alguns avanços. Entre estes, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), do qual o Maranhão saiu do 22º para o 13º; na segurança alimentar, de seis Restaurantes Populares, agora são 106, alcançando todas as regiões do Maranhão; e, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), o Maranhão está entre os que mais gerou empregos formais durante a pandemia - cerca de 43 mil e sendo o quarto do país.

Na infraestrutura, anunciou pacote de obras, incluindo manutenções, reformas e pavimentação em estradas e vias urbanas, estas últimas, em apoio às prefeituras. Na saúde, criação de uma grande rede de hospitais e ampliação do número de UTIs de três para mais de 30 municípios. Citou também, investimentos de R\$ 12 milhões na agricultura familiar para este ano, o dobro dos recursos destinados anteriormente. "Os indicadores têm o tripé na educação, saúde e renda. Neste rumo, fazemos movimentar a economia. Portanto, avançamos bastante", avaliou.

Carlos Brandão enfatizou que esse é o momento de focar na gestão. "A política será lá para agosto, quando

teremos as convenções. Agora, quero mostrar ao maranhense o meu trabalho e como vou cuidar do povo do Maranhão”, afirmou, citando a boa relação com os poderes judiciário e legislativo.

TJMA promove Conciliação Itinerante em Balsas

Durante esta edição, o Judiciário também irá oferecer serviços à população no AgroBalsas

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) irá promover, no período de 16 a 20 de maio, a 4ª edição de 2022 do projeto Conciliação Itinerante. Desta vez, a ação será realizada em Balsas.

O evento acontecerá no Fórum da comarca (Rua Dr. Jamildo, nº 404, Potosi), das 8h às 18h. Na oportunidade, cidadãos e cidadãs poderão solucionar demandas processuais (com ação judicial em andamento) e pré-processuais (sem ação judicial), de forma rápida, efetiva e gratuita.

A iniciativa é promovida pelo Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec/TJMA), presidido pelo desembargador José Gonçalo de Sousa Filho, e coordenado pelo juiz Marcelo Oka, com o intuito de aproximar a Justiça da população e estimular a pacificação social.

O presidente do Nupemec/TJMA, desembargador José Gonçalo Filho, ressalta que a Conciliação Itinerante visa facilitar o acesso da sociedade ao Poder Judiciário do Maranhão. “O Poder Judiciário tem implementado diversas ações com o objetivo de facilitar a vida da população maranhense. Neste sentido, a Conciliação Itinerante busca garantir o acesso à Justiça, de forma mais rápida e simples, aos cidadãos e cidadãs”, pontuou.

PARCERIA A Conciliação Itinerante em Balsas é organizada em parceria com a Diretoria do Fórum da comarca, com apoio de diversas instituições. A pauta de audiências do mutirão já possui mais de 1.000 processos agendados, cujas partes já foram previamente intimadas. Atualmente, o juiz Douglas Lima da Guia é o diretor do Fórum de Balsas.

DEMANDAS Durante o evento, os cidadãos e as cidadãs poderão solucionar demandas processuais de natureza cível ou de família, tais como: alimentos, investigação de paternidade, divórcio, reconhecimento ou dissolução de união estável.

DOCUMENTOS Para participar de uma sessão de conciliação durante o projeto, o cidadão ou cidadã deve comparecer ao Fórum, com documentos pessoais (comprovante de residência, RG, CPF, carteira do SUS, carteira de vacinação, certidão de nascimento – em caso de menor) e comprobatórios da demanda (a depender de cada caso).

PLATAFORMA

O TJMA também irá oferecer serviços de acesso e orientação de uso da plataforma consumidor.gov.br, que hoje conta com a adesão de mais de 880 empresas, para a solução de conflitos, por meio digital.

AGROBALSAS Durante esta 4ª edição de 2022 da Conciliação Itinerante, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) também participará do maior evento de agronegócios do Maranhão - AgroBalsas - que acontecerá na Fazenda Sol Nascente, de 16 a 20 de maio.

No stand do TJMA, a população terá direito à consulta processual, pedidos de informação, cadastro de audiências de conciliação e orientações em geral.

No local, as empresas também serão incentivadas a aderirem ao programa de reconhecimento “Empresa Amiga da Justiça”. A participação tem inscrição voluntária, por meio da subscrição de um Termo de Compromisso Público firmado entre o TJMA e a empresa. O “Selo de Reconhecimento Empresa Amiga da Justiça no Maranhão” é um certificado concedido nas categorias Diamante, Ouro, Prata e Bronze, por meio de pontuações com base em critérios que envolvem a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado de conflitos.

Durante a programação, no dia 18 de maio, às 17h, o Tribunal de Justiça também irá realizar casamentos comunitários, no local. No mesmo dia, às 19h, haverá panfletagem da Campanha Bela Infância, promovida pela Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente de Balsas (Tribunal de Justiça, Ministério Público, Defensoria Pública e demais instituições de segurança e assistência social).

O evento AgroBalsas reunirá instituições, empresários, estudantes, varejistas, produtores rurais, prestadores de serviços, durante uma vasta programação de palestras e stands com exposições.

Após solicitação da OAB-MA, poder judiciário reestabelece horário de atendimento

Cumprindo, mais uma vez, o seu papel constitucional em defesa da advocacia e da sociedade, a OAB Maranhão construiu diálogo com o TJMA a respeito do retorno das atividades em horário integral e, na tarde da última terça-feira (10), obteve uma importante conquista com a Resolução nº 56/2022, que restabeleceu o horário de funcionamento ordinário do Judiciário no Maranhão, e também o atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, a partir do dia 16 de maio de 2022.

A vitória veio após o presidente da OAB Maranhão, Kaio Saraiva, protocolar no TJ Maranhão o ofício OF. OAB-MA Nº 30/2022 - GP renovando requerimento de retomada do horário de funcionamento das 8h às 18h das atividades presenciais no Poder Judiciário do Estado do Maranhão.

Em sua justificativa, a Ordem Maranhense observou que a retomada do atendimento a advocacia e à sociedade, além de não limitar o ambiente de trabalho aos servidores e magistrados, também evitará aglomerações e otimizará as atividades jurisdicionais, contribuindo para a celeridade processual e melhor prestação jurisdicional.

“Uma medida acertada que só tem a contribuir para boa prestação jurisdicional. Apesar dos avanços do Online, o presencial deve ser a regra e a retomada do horário de funcionamento das 08:00 às 18:00 atende a um anseio de toda a advocacia maranhense, só tem a contribuir com o combate à morosidade processual e o pleno atendimento da advocacia e das partes”, colocou o presidente Kaio Saraiva.

Em suas ponderações para o pedido de retorno das atividades do judiciário ao tempo integral, a OAB Maranhão destacou ainda que os empecilhos criados pela pandemia geraram o acúmulo de atos processuais que só podem ser realizados na modalidade presencial, da taxa de congestionamento processual e um represamento de processos em algumas unidades.

A resolução do Tribunal de Justiça considerou, além do pedido da OAB Maranhão, o Decreto Estadual nº 37.492/2022, que flexibilizou medidas de contenção à Covid-19 em razão da redução do número de casos e também do elevado percentual de vacinação da população, além da Portaria-GP nº 215/2012 que determinou o retorno 100% presencial dos servidores e servidoras do Poder Judiciário a partir de 1º de abril de 2022.

Breve Histórico

Durante a pandemia do COVID-19 o Tribunal de Justiça do Maranhão reduziu o horário de funcionamento presencial das 08:00 às 15:00, e o horário de atendimento as partes e Advogados das 08:00 às 13:00.

Com a redução da taxa de contágio e a melhora nos índices de ocupação hospitalar a OAB Maranhão requereu, ainda em 2021, o retorno ao horário de funcionamento e atendimento de partes e advogados no horário das 08:00 às 18:00, pleito esse reiterado pela nova diretoria da OAB e atendido na tarde de hoje pela diretoria do TJMA.

Programa de Regularização Fundiária será implantado e executado em Imperatriz

Desenvolvido em todo o estado em parcerias com os municípios, o projeto do Tribunal de Justiça chegou à comarca em parceria com a Prefeitura

Publicado em: 11/05/2022 por João Rodrigues

Secretaria de Regularização Fundiária

Compartilhe:

Programa de Regularização Fundiária será implantado e executado em Imperatriz

O prefeito Assis Ramos e o desembargador Froz Sobrinho na assinatura Termo de Cooperação Técnica. (Foto: Assessoria)

A Prefeitura de Imperatriz e o Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão (TJ-MA), assinaram um Termo de Cooperação Técnica visando promover a ampliação da política de regularização fundiária na cidade.

Pela parceria, o Tribunal de Justiça vai fornecer capacitação técnica aos servidores, por intermédio da Escola Superior da Magistratura. O treinamento será exclusivamente para a área da regularização fundiária.

O documento foi assinado durante reunião realizada na última terça-feira (10), no gabinete da Prefeitura, entre o prefeito Assis Ramos e o desembargador Froz Sobrinho, em evento que contou com a presença do secretário de Regularização Fundiária, Jefferson Sales, da procuradora-geral do Município, Alessandra Belfort, a juíza Ticiany Palácio e representantes dos cartórios.

"Imperatriz tem avançado consideravelmente na política de regularização fundiária na gestão do prefeito Assis Ramos, onde já foram entregues cerca de seis mil títulos", disse o secretário de Regularização, acrescentando que o corpo técnico na Serf vem atuando em alguns processos em conformidade com a Lei 13.464/2017.

"Essa lei nos trouxe alguns instrumentos jurídicos que possibilitaram o avanço da regularização em determinadas situações como em loteamentos irregulares e informais", acrescentou, comemorando a parceria com o TJ-MA.

Para o prefeito Assis Ramos, momento importante na política de regularização fundiária. "Junto ao desembargador Froz Sobrinho, assinamos o Termo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Justiça do Maranhão e o Município de Imperatriz, visando implantar e executar o Programa de Regularização Fundiária na comarca de Imperatriz", declarou, considerando a assinatura um avanço que vai possibilitar o acesso de mais famílias ao documento de suas casas. Assis Ramos ressaltou que essa política sempre foi um dos pilares da administração.

O corregedor-geral do Tribunal de Justiça, desembargador Froz Sobrinho, destacou a importância do Termo de Cooperação Técnica, que segundo ele, consolida a parceria interinstitucional tão necessária para a efetivação

de programas de interesse social, como é o caso da regularização fundiária.

“A complexidade do desenvolvimento dessa importante política pública envolve várias instituições públicas e privadas que somente juntas, trabalhando de forma sistêmica, conseguem garantir segurança jurídica ao processo de regularização do direito de propriedade de forma indistinta para todos”, pontuou o corregedor.

TJMA restabelece horário de funcionamento das 8h às 18h

Enviado por joliveira em qua, 11/05/2022 - 15:24

TJMA restabelece horário de funcionamento das 8h às 18h

Foto: reprodução

O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), por meio da Resolução nº 56/2022, restabeleceu o horário de funcionamento ordinário do Poder Judiciário do Maranhão, e também de atendimento ao público, de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, a partir do dia 16 de maio de 2022.

Segundo o documento - assinado pela mesa diretora do TJMA - a escala e o horário de trabalho dos servidores e servidoras, observada as respectivas jornadas de trabalho fixadas em lei, serão estabelecidos pelos gestores e gestoras de cada unidade, administrativa ou judicial, de modo a manter a unidade em funcionamento no horário das 8h às 18h.

O funcionamento do regime de Plantão Judicial, visando o atendimento de demandas urgentes, continua a ser regido pelas normas atualmente vigentes.

A resolução considera o Decreto Estadual nº 37.492/2022, que flexibilizou medidas de contenção à Covid-19 em razão da redução do número de casos e também do elevado percentual de vacinação da população, além da Portaria-GP nº 215/2022, que determinou o retorno 100% presencial dos servidores e servidoras do Poder Judiciário a partir de 1º de abril de 2022.

O Tribunal de Justiça tem competência para definir sobre o funcionamento de seus órgãos jurisdicionais e administrativos, conforme artigo 96 da Constituição Federal de 1988, artigo primeiro da Resolução do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) nº 88/2009 e o parágrafo 5º do artigo 87 do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Maranhão.

Fonte: TJMA